**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO
VALE DO JURUENA– AJES
BACHARELADO EM DIREITO**

USO DE ALGEMAS

Acadêmica: Lidiane Castilhos Pimentel

Orientadora: Professora Msc. Alcione Adame

JUÍNA/MT
2012

**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO
VALE DO JURUENA- AJES
BACHARELADO EM DIREITO**

USO DE ALGEMAS

Monografia apresentada a Faculdade de
Direito da AJES, como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em
Direito, sob a orientação da Professora
Msc. Alcione Adame.

JUÍNA/MT
2012

Monografia apresentada em ____/____/____ e aprovada pela Banca
Examinadora, constituída pelos professores:

Mestre Luiz Fernando Morais de Mello

Mestre Vilmar Martins Moura Guarany

Mestre Alcione Adame
Orientadora– Presidente da Banca

Dedico este trabalho a minha mãe, Carmelita e tia Maria Urbina, pessoas guerreiras, eis que sempre apoiaram o término desta graduação, bem como todas as conquistas realizadas até hoje.

Aos meus irmãos, Lidiamara e Rogério, parceiros nesta caminhada, bem como aos meus amigos, que são minha segunda família, sem os quais seria impossível vencer esta batalha.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus pela força que me deu para concluir este trabalho, sem a qual seria impossível chegar até aqui.

Agradeço a Família Pasqualotto e a todos os amigos, especialmente a Flávia Elisa de Oliveira, Teilon Augusto de Jesus, Ana Paula de Araújo Franco, Dr. Nilson José Franco, Rosimary de Almeida, Arnaldo de Sousa Almeida, Laressa Esteves Leite, Marilza da Costa Campos, Cristiane de Assis Cominetti, Elda M. Boscov Garcia, Dr. Gilson de Arruda Guimarães, Dr^a. Marcela Américo, Itamar Vanzella, Beatriz Dal Piva, Leila da Cruz Viana, MM^a. Juíza Dr^a Elza Yara Sales Sansão, MM. Juiz Dr. Gabriel da Silveira Matos, MM. Juiz Dr. Vagner Dupim Dias e a ilustre Promotora de Justiça Dr. Ana Luiza Barbosa da Cunha, cujo apoio, amizade, conselho e colaboração de cada foram indispensáveis para o término deste trabalho, assim como para a conclusão desta graduação, vez que superamos juntos incontáveis barreiras no decorrer desta longínqua jornada, momentos em que deram-me força para continuar na luta.

Agradeço também aos professores, que além de ter participação ativa nesta conquista, não mediram/medem esforços para ajudar, nesta que é uma das maiores lutas da minha vida.

RESUMO

Por meio de pesquisa bibliográfica, fez-se um estudo sobre o uso de algemas no ordenamento jurídico brasileiro. Para tanto, realizou-se uma ligeira análise do histórico sobre o uso de algemas, pelo qual se percebe que a técnica de prender pessoas pelos pulsos remonta há mais de 4.000 anos. Foi feito um exame da legislação brasileira que trata sobre o assunto, sendo constatado que não existe uma regulamentação legal específica em relação ao emprego de algemas, porém o tema está regulamentado indiretamente em dispositivos do Código de Processo Penal, bem como em legislações especiais. Ademais, verificou-se a interpretação doutrinária quanto ao uso de algemas, sendo que é pacífico na doutrina o entendimento de que é devida a observância do princípio da proporcionalidade ao se empregar estes instrumentos, caso contrário poderão ser violados o princípio da presunção de inocência e o princípio da dignidade humana. Finalizando, analisou-se o posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da utilização de algemas, externado no acórdão proferido nos autos do *Habeas Corpus* nº. 89.429-1, entendimento este que posteriormente foi consolidado, culminando na edição da súmula vinculante nº. 11, a qual autoriza o uso de algemas apenas em casos excepcionais.

Palavras-chave: Uso de algemas. Processo penal. Súmula vinculante nº. 11.

ABSTRACT

Through bibliographic research, it was made a study about the use of handcuffs in Brazilian legal system. To this end, it was done a slight historical analysis on this use, concluding that the arresting people wrists technique dates back over 4,000 years. An examination of Brazilian law that deals with the subject was made, and it revealed that although there are not specific legal regulations regarding it, the issue is regulated indirectly in devices of the Criminal Procedure Code, as well as in special legislation. Moreover, there was a doctrinal interpretation on the use of handcuffs, which is being disputed in the doctrine of the understanding that is due to the principle of proportionality when employing these tools, otherwise may be violated the principle of presumption of innocence and principle of human dignity. Finally, it was analyzed the Federal Supreme Court positioning about the subject, which was expressed in the ruling judgment pronounced in the proceedings of the *Habeas Corpus* nº. 89429-1, this understanding has been consolidated afterwards, culminating in the Binding Precedent nº. 11, which authorizes the use of handcuffs only in exceptional cases.

Keywords: The use of handcuffs; Criminal procedure; Binding Precedent nº. 11.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I – USO DE ALGEMAS: DIREITOS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	10
1.1 Direitos consolidados por Declarações Internacionais e pela Constituição Federal	16
1.2 Princípios constitucionais afeitos ao uso de algemas	21
1.2.1 Princípio da presunção de inocência	23
1.2.2 Princípio da dignidade humana	24
1.2.3 Princípio da proporcionalidade	27
CAPÍTULO II – LEGISLAÇÃO VIGENTE SOBRE O USO DE ALGEMAS	30
CAPÍTULO III – JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O USO DE ALGEMAS	39
3.1. Considerações sobre Súmula Vinculante	46
3.1.2. Súmula Vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	57

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como tema o uso de algemas, sendo importante este estudo pela enorme quantidade de prisões efetuadas e conduções de pessoas presas que são realizadas diariamente no Brasil. Assim, percebe-se a relevância do tema, tendo em vista que a utilização de algemas nessas ocasiões poderá ou não ofender os princípios constitucionais da presunção de inocência e da dignidade da pessoa humana, consagrados pela Constituição Federal.

O estudo tem por objetivo saber como se dá a aplicação de algemas no ordenamento jurídico brasileiro, com a análise do histórico do uso de algemas, da legislação brasileira acerca do tema, da visão doutrinária em relação ao assunto, bem como do entendimento do Supremo Tribunal Federal que recai sobre a matéria.

Inicialmente, faz-se um breve exame do uso de algemas na história, atentando apenas para sua utilização, sem, contudo, considerar sua legalidade, observando, em seguida, o histórico da legislação que trata sobre o tema, percebendo que sempre houve preocupação com a regulamentação do emprego de algemas no Brasil.

No capítulo I, o trabalho aborda o conceito das algemas, são expostos os princípios afeitos ao uso de algemas, bem como os direitos assegurados pela Constituição Federal e documentos internacionais, traz considerações acerca da presunção de inocência, bem como a dignidade humana, e ainda, sobre o princípio da proporcionalidade.

Em seguida, no capítulo II, verifica-se que nos dias atuais a matéria está regulamentada de forma indireta na legislação processual, conforme aduzido neste trabalho, a doutrina vem dando interpretação no sentido de que as algemas só devem ser utilizadas em casos excepcionais e sempre com base no princípio da proporcionalidade, havendo a responsabilização de quem utilizá-las de forma imoderada.

Está demonstrada também, no capítulo III deste estudo, a visão do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, órgão este que já havia firmado entendimento de que o emprego de algemas é medida extrema, todavia, diante da extrapolação na utilização destes instrumentos de contenção, foi necessária a

edição de Súmula Vinculante para acabar com as dúvidas existentes e obrigar os agentes públicos a balizar o uso de algemas conforme determinado pela Suprema Corte, sob pena de responsabilização disciplinar, civil e penal.

Por fim, o estudo esclarece como foi recebida a edição da Súmula Vinculante nº. 11 no meio jurídico, constatando que, apesar de sofrer resistência por parte de alguns, de modo geral é considerada um avanço para o respeito aos direitos e garantias fundamentais.

CAPITULO I – USO DE ALGEMAS: DIREITOS E PRINCIPIOS CONSTITUCIONAIS

Considerando o tema acerca do qual faremos o estudo, faz-se necessário, primeiramente expor quais os significados, formas utilizadas para definir o termo “algema”.

Algema é uma palavra originária do idioma árabe, *al-jemme ou aljemma*, que significa pulseira.¹

Deocleciano Torrieri Guimarães conceitua algemas como “braceletes de aço, ligados por pequenas correntes, que os policiais usam para prender pelos pulsos e conduzir criminosos de certa periculosidade à prisão”.²

Antigamente, todo instrumento de metal, subjugante de prisioneiros, era conhecido pela denominação de cadeias, ou de ferros. Tempo depois é que se começa a fazer a distinção entre as algemas para tolher pelos pulsos ou dedos polegares e os grilhões para deter pelos tornozelos os presos. Meio, pois, de submeter, fisicamente, mas de também castigar.³

Conforme o Dicionário Aurélio, algema significa “instrumento de ferro com que se prendem os braços pelos pulsos, ou mesmo um par de argolas metálicas, com fechaduras, e ligadas entre si”.⁴

Portanto, os termos algemas, cadeias, ferros e grilhões são usados como sinônimos.⁵

Historicamente, não há relatos seguros de quando foi inventada a algema, ou de quando se iniciou sua utilização. Mas em momentos históricos importantes há registros da existência de técnicas para prender pessoas pelos pulsos ou pelos pés.

¹ HERBELLA, Fernanda. **Algemas e a Dignidade da Pessoa Humana** - São Paulo: Lex Editora, 2010, p.21

² GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário Técnico Jurídico, prefaciado pelo Ministro Antonio Cezar Peluso** - 8ª edição; São Paulo: Ridiel, 2008.

³PITOMBO, Sergio. **Emprego de Algemas**. Disponível em: www.sergio.pitombo.nom.br/files/word/algemas_1.doc. Acessado em 20.01.2012

⁴ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio de Língua**, 2.ª edição, revista e aumentada – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

⁵ HERBELLA, Fernanda. **Algemas e a Dignidade da Pessoa Humana** - São Paulo: Lex Editora, 2010, p.22.

Fernanda Herbella, afirma que:

A prática de se limitar os movimentos de alguém através da contenção de suas mãos e de seus pés perde-se nas brumas do tempo. Relevos mesopotâmios já mostravam, 4.000 anos atrás, prisioneiros com mãos atadas.

Uma cultura totalmente separada, pré-incaica, 100 a 700 d.C., deixou extensa arte, especialmente em cerâmica, mostrando indivíduos com as mãos amarradas às costas (...).⁶

Nessa época já época eram utilizadas cordas e até mesmo couros , a fim de manter as pessoas imobilizadas, já que os metais muito usados na fabricação de armas e ferramentas possuíam um alto custo e eram difíceis de ser encontrados.

Na mitologia grega, não é diferente, pois também há menção às algemas.⁷

Em inúmeras passagens bíblicas, são encontrados relatos da utilização de algemas, sendo usados, indistintamente, os termos grilhões, cadeias e algemas, vejamos algumas citações bíblicas:

O Senhor conceda misericórdia à casa de Onesíforo, porque muitas vezes ele me recreou, e não se envergonhou das minhas **cadeias** (II Tim, 1:16); [...] por causa do qual eu sofro, a ponto de estar até **acorrentado** como um malfeitor. Mas a palavra de Deus não está **algemada** (II Tim, 2:9); Porque tinha ordenado ao espírito imundo que saísse daquele homem; pois já havia muito tempo que o arrebatava. E guardavam-no preso, **com grilhões e cadeias**; mas, quebrando as prisões, era impelido pelo demônio para os desertos (Lc, 8:29); O qual tinha a sua morada nos sepulcros, e nem ainda com **cadeias** o podia alguém prender; Porque, tendo sido muitas vezes preso com **grilhões e cadeias**, as **cadeias** foram por ele feitas em pedaços, e os **grilhões** em migalhas, e ninguém o podia amansar (Mc, 5:3-4); E quando Herodes estava para o fazer comparecer, nessa mesma noite estava Pedro dormindo entre dois soldados, ligado com **duas cadeias**, e os guardas diante da porta guardavam a prisão; E eis que sobreveio o anjo do Senhor, e resplandeceu uma luz na prisão; e, tocando a Pedro na ilharga, o despertou, dizendo: Levanta-te depressa. E caíram-lhe das mãos as **cadeias** (At, 12: 6-7) (negrito nosso).

⁶ HERBELLA, Fernanda. **Algemas e a Dignidade da Pessoa Humana** - São Paulo: Lex Editora, 2010, p.23.

⁷ “Conta a lenda mitológica que Sísifo comentava muito sobre a vida das pessoas. Certa vez proferiu injúrias contra a pessoa de Zeus, dizendo que ele havia se apaixonado e fugido com a filha de Asopus. Zeus, por sua vez, pediu a Hades que punisse severamente Sísifo e o levasse para o inferno. Quando Hades chegou para cumprir o pedido de Zeus, Sísifo viu que Hades carregava um par de algemas. Sísifo, então, pediu a Hades que lhe mostrasse como as algemas funcionavam. Enquanto Hades inocentemente colocava as algemas no punho para demonstrar, Sísifo as fechou e o manteve algemado em sua própria casa, assim, enquanto Hades permanecesse preso ninguém morreria, pois ele era o deus do inferno.” HERBELLA, Fernanda. **Algemas e a Dignidade da Pessoa Humana** - São Paulo: Lex Editora, 2010, p.23/24.

Na bíblia encontra-se inúmeras passagens, onde são empregadas algemas com os mais variados significados, mas percebe-se que estas eram utilizadas com a finalidade de prender, de conter alguém.

Apesar de não existir um registro exato de quando as algemas surgiram, percebe-se que elas foram criadas há muitos anos e muito utilizadas em diferentes épocas.

Analisando a história da utilização de algemas, constata-se que este instrumento era utilizado com duas finalidades: 1) como meio de contenção dos presos, em caso de uma possível fuga ou para proteger a integridade física de seus condutores ou de terceiros; e 2) como pena, pois há relatos de presos serem penalizados a ficarem algemados.

Antecedendo ao famoso escrito “Do delito e das Penas”, de Cesare Beccaria, começou-se a abolir, em Portugal, pela ordem estabelecida pelo Rei D. João IV, por meio de Decreto, o emprego indiscriminado de algemas, nos seguintes termos:

Por ser informado que nas cadeias do Limoeiro desta cidade se **põem ferros a algumas pessoas**, que a elas vão **sem justa causa**, e as metem em prisões mais apertadas, do que pedem as culpas, porque foram presas, e que ainda com algumas se possa ao excesso de serem maltratadas e castigadas; dei por bem, que os escravos que forem às cadeias por ordem de algum dos Julgadores; e por casos leves, ou só por requerimento de seus senhores, não sejam molestados com **ferros**, nem metidos em prisões mais apertadas, que aquelas que bastarem para a segurança; porque só naqueles casos de crimes graves, que pedirem segurança pela qualidade da culpa, ou da prisão, ou em casos cometidos nas mesmas cadeias a que os **ferros** servem de pena, se poderá usar deles contra tais escravos, ou outras quaisquer pessoas livres; e se lhes não poderá dar outro algum castigo mais, do que aquele, que pelas Leis for permitido, não por ser justo que esteja no arbítrio de um julgador mandar prender alguma por respeitos particulares e que na prisão seja vexada com **ferros** com o rigor da prisão, ou outro algum gênero de castigo. Ao Regedor da Justiça há por muito recomendada a observância deste **Decreto**. (grifo nosso)⁸

Por meio desse decreto, observa-se que estava ocorrendo abusos por parte das autoridades ao empregarem as algemas nos presos. Assim, na tentativa de frear esses abusos, decretou-se que as algemas não poderiam ser utilizadas em pessoas que fossem presas pelo cometimento de crimes leves ou por

⁸ SOUZA, Mauro César. **Uso de Algemas: Regra ou Exceção?**. Disponível em: http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=6295. Acessado em 23.01.2012

requerimento de seus senhores, podendo ser usadas somente em casos de crimes graves ou como pena.

E ainda, percebe-se que havia grande preocupação com a humilhação causada pelas algemas, uma vez que, historicamente, o que é mais marcante neste instrumento é sua capacidade de causar vexame nas pessoas.

Segundo Oliveira Junior:

As Ordenações já previam “que os Fidalgos de Solar, ou assentados em nossos Livros, e os nossos Desembargadores, e os Doutores em Leis, ou em Canones, ou em Medicina, feitos em Studo universal per exame, e os Cavaleiros Fidalgos, ou confirmados per Nós, e os Cavalleiros das Ordens Militares de Christo, Santiago e Aviz, e os Escrivães de nossa Fazenda e Camera, e mulheres dos sobreditos em quanto com elles forem casadas, ou estiverem viuvias honestas, **não sejam presos em ferros**, senão por feitos, em que mereção morrer morte natural, ou civil" (...). Por conseguinte, a lei separa, há séculos, uma casta em detrimento de outra, criando, para a "especial", regalias de uma prisão distinta e sem ferros. (sic) (grifos do autor)⁹

Nesse caso, havia um grupo de pessoas, previamente selecionado, no qual não poderia se empregar algemas, a não ser que essas pessoas tivessem cometido crimes em que fosse prevista a morte como pena.

Em 23 de maio de 1821 foi ordenado, mediante decreto, que:

[...] Constando-Me que alguns Governadores, Juizes Criminaes e Magistrados, violando o Sagrado Deposito da Jurisdicção que se lhes confiou, mandam prender por mero arbitrio, e antes de culpa formada, pretextando denuncias em segredo, suspeitas vehementes, e outros motivos horrorosos à humanidade para ipunimente conservar em masmorras, **vergados com o peso de ferros**, homens que se congregaram convidados por os bens, que lhes offerecera a Instituição das Sociedades Civis, o primeiro dos quses é sem duvida a segurança individual [...] Ordeno em quarto logar que em caso nenhum possa alguém ser lançado em segredo, ou masmorra estreita, ou infecta, pois que a prisão deve só servir para guardar as pessoas, e nunca para adoecer e flagellar; **ficando implicitamente abolido para sempre o uso de correntes, algemas, grilhões, e outros quesquer ferros inventados para martyrisar homens ainda não julgados a soffrer qualquer pena afflictiva por sentença final**; entendendo-se todavia que os Juizes, e Magistrados Criminaes poderão conservar por algum tempo, em casos gravissimos, incomunicaveis os delinquentes, contanto que seja e casa arejadas e commodas, e nunca manietados, ou soffrendo qualquer especie de tormento. [...] (sic) (grifo nosso).

⁹ OLIVEIRA JÚNIOR, Reinaldo Cosme Vilar de. **Breves considerações sobre o uso das algemas no Direito Brasileiro**. Brasília-DF: 09 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.clubjus.com.br/?artigos&ver=2.29671>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

A preocupação com a arbitrariedade dos juízes era tamanha que, por meio desse decreto, chegou-se a abolir “para sempre” a utilização de algemas, dando ênfase para o fato de que estes instrumentos foram inventados para martirizar as pessoas ainda não julgadas.

O Código de Processo Criminal de Primeira Instância do Império, Lei de 29 de novembro de 1832, em seu artigo 180, dispunha que “Se o réo não obedece e procura evadir-se, o executor tem direito de empregar o grão da força necessaria para effectuar a prisão; se obedece porém, o uso da força é proibido”. (sic)

Desse modo, ao permitir o uso da força, o Código autorizava também o emprego de algemas, mas só se o réu não obedecesse à ordem ou tentasse evadir-se, ficando expressamente proibido o seu uso se o réu acatasse a ordem.

Sérgio Pitombo, comentando esse dispositivo, ensina que:

Surgia, assim, implicitamente, permitido o emprego de **algemas**, no instante da prisão. Ramalho, comentando a “norma processual, lecionava: emprega-se a força necessária para chamá-lo à obediência, se resiste com armas, fica o executor autorizado a usar dos meios, que julgar indispensável a sua defesa...”.¹⁰

Passados quase 40 (quarenta) anos da publicação do Código de Processo Criminal de Primeira Instância do Império, adveio o Decreto nº. 4.824 de 22 de novembro de 1.871, dispondo que:

Art. 28. Além do que está disposto nos arts. 12 e 13 da Lei, a autoridade que ordenar ou requisitar a prisão e o executor della observarão o seguinte:

O preso não será conduzido com ferros, algemas ou cordas, salvo o caso extremo de segurança, que deverá ser justificado pelo conductor; e quando não o justifique, além das penas em que incorrer, será multado na quantia de 10\$000 a 50\$000 pela autoridade a quem fôr apresentado o mesmo preso. (sic)

Esse dispositivo excepcionava expressamente o emprego de algemas nos presos, permitindo a sua utilização somente em caso extremo de segurança e exigindo uma justificativa por parte do condutor, inclusive, com previsão de pena para a autoridade que não fizesse a devida justificativa.

¹⁰PITOMBO, Sérgio. **O Emprego de Algemas** Disponível em: www.sergio.pitombo.nom.br/files/word/algemas_1.doc . Acesso em 27 jan. 2012.

Importante salientar, que essa justificativa exigida do condutor do preso em caso de ter de empregar algemas se assemelha bastante à exigência feita pela súmula vinculante nº. 11, que será oportunamente analisada em capítulo próprio deste trabalho.

Dissertando sobre o Decreto de 22 de maio de 1.821 e acerca das reformas legislativas realizadas posteriormente, André Marques de Oliveira Costa constata que:

Óbvio, que posteriormente a esse emano várias reformas foram realizadas e as que merecem ênfase em meu pensar são a do Código de Processo Criminal e nova reestruturação do processo penal brasileiro em 1871, estabelecendo até aqui, que o preso não seria conduzido com o uso de algema, salvo caso extremo de segurança, devendo ser justificado pelo condutor, senão, penalizado com pena e multa.¹¹

A limitação, (que é dita por alguns doutrinadores), ao uso de algemas a casos especiais não é uma modernidade, pois também era verificada a excepcionalidade da utilização deste instrumento nos presos submetidos ao poder estatal desde tempos antigos, conforme expõe Mirabete “mesmo em época anterior a Beccaria, já se restringia o uso de algemas (ferros), permitidos apenas nas hipóteses de constituírem a própria sanção penal ou se necessárias à segurança pública.”¹²

Portanto, observa-se que ao longo da história o uso de algemas sempre esteve regulamentado, e a excepcionalidade sempre foi a característica mais marcante da utilização deste instrumento, havendo essa limitação porque seu emprego está intimamente ligado aos direitos fundamentais do ser humano, os quais são incompatíveis com o uso indiscriminado ou ilimitado de algemas.

¹¹ COSTA, André Marques de Oliveira. **Algema seu uso histórico, sua ilegalidade sendo modificada no Brasil**. Publicado em 16-08-2008. Disponível em: <http://www.artigos.com/artigos/sociais/direito/algema-seu-uso-historico-sua-ilegalidade-sendo-modificada-no-brasil-4292>. Acesso em: 27 jan.2012.

¹² MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução Penal Comentada**. 18ª ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2008. p. 689.

1.1 Direitos consolidados por Declarações Internacionais e pela Constituição Federal

Quando se trata de questões que envolvem direitos e princípios, não tem como deixar de reportar-se as declarações de direitos que antecederam as leis atuais, pois tais declarações foram de suma importância para que se concretizassem os direitos e garantias do homem.

A primeira declaração de direitos fundamentais, foi criada em 12 de janeiro de 1776, foi a Declaração de Direitos do Bom Povo de Virgínia, que era umas das treze colônias inglesas na América.

A Declaração de Virgínia consolidava as bases do direito do homem, como: todos os homens são igualmente livres e independentes; todo o poder está investido no povo e, dele emana; o governo é, ou deve ser, instituído para benefício, proteção e segurança do povo; ninguém tem privilégios exclusivos; os Poderes Executivo e Legislativo do Estado deverão ser separados e diferente do Judiciário; assegurado o direito de defesa em processos criminais, bem como julgamento rápido por júri imparcial, e que ninguém seja privado de liberdade, exceto pela lei da terra ou por julgamento de seus pares; vedadas as fianças e multas excessivas e castigos cruéis e extraordinários; vedada a expedição de mandados gerais de busca ou detenção, sem especificação exata e prova do crime; os exércitos, como perigosos a liberdade, devem ser evitados em tempos de paz; todos os homens tem igual direito ao livre exercício da religião de acordo com sua consciência.

Percebe-se que a declaração de direitos começa com a de Virgínia, houve uma preocupação com a estrutura do governo democrático e procurou-se fazer uma limitação dos poderes observando os direitos do homem.

Quanto a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, criada em 27.08.1789 era mais abstrata e universal, a Declaração de Virgínia e entre outras eram mais concretas, voltadas a situação particular e necessidades daquelas comunidades.

A Declaração de 1789 divulga princípios de liberdade, da igualdade e da propriedade e da legalidade. Já em 1945, na Carta das Nações Unidas começou a conter direitos fundamentais do homem, se afirma que “a fé nos direitos

fundamentais do homem, na dignidade e valor da pessoa humana, na igualdade dos direitos entre homens e mulheres e das nações grandes e pequenas”.

Surgindo a preocupação com os direitos do homem na Carta das Nações Unidas, em sequência, no ano de 1948 foi redigida a Declaração Universal dos Direitos Humanos, contendo trinta artigos, antecedidos de um Preâmbulo que possui algumas considerações, no qual se reconhece a dignidade da pessoa humana, como base da liberdade, da justiça e da paz; o ideal democrático com base no processo econômico, social e cultural; o direito de resistência à opressão.

De acordo com a explicação de Rezek, a Declaração Universal dos Direitos do Humanos

(...) não é um tratado, e por isso seus dispositivos não constituem exatamente uma obrigação jurídica para cada um dos Estados representados na Assembléia Geral quando, sem qualquer voto contrário, adotou-se o respectivo texto sob forma de uma resolução de Assembléia. Por mais uma vez, ante gestões externas fundadas no zelo pelos direitos humanos, certos países reagiram lembrando a natureza não-convencional da Declaração.¹³

Analisando a Declaração Universal dos Direitos Humanos verifica-se que foram reconhecidos direitos e garantias individuais como o direito à vida, à liberdade e à segurança; a não ser jamais submetido à escravidão, à servidão, à tortura e a penas cruéis ou degradantes; o reconhecimento de sua personalidade jurídica e a um processo judicial idôneo; a não ser arbitrariamente detido, preso ou desterrado, e a gozar de presunção de inocência até que se prove culpado; a não sofrer intromissões arbitrárias na sua vida particular, na família, no domicílio e na correspondência; à livre circulação; ao asilo quando perseguido por crime político; a uma nacionalidade, ao casamento e à constituição de família; à propriedade singular e ao condomínio; à liberdade de pensamento, convicção, religião.

No ano de 1969, com fulcro na Declaração Universal dos Direitos Humanos, criou-se a Convenção Americana dos Direitos Humanos (denominada também de Pacto de São Jose da Costa Rica) que passou a vigorar no Brasil em 1992, onde discriminam-se direitos individuais que dizem respeito à vida, à integridade e à liberdade físicas, bem como protege a honra e o respeito a

¹³ REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar** – 12ª ed. rev.e atual.- São Paulo: Saraiva, 2010, p. 226

dignidade, garantindo indenização a toda pessoa que for injustamente por erro do Poder Judiciário processada e condenada.

Em 1988 a Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 5.º, relaciona direitos e deveres que em face de interpretações errôneas e abusos podem ferir a dignidade humana, observa-se que começa o enunciado da lei declarando que:

Art. 5º **Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza**, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
 I - **homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações**, nos termos desta Constituição;
 II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
 III - **ninguém será submetido à tortura nem à tratamento desumano ou degradante**;
 IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
 V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da **indenização por dano material, moral ou à imagem**; (...) (grifo e negrito nosso)

Apesar de a Carta Magna garantir à todos igualdade perante a lei, tanto a homens quanto a mulheres, seja brasileiros ou, até mesmo, estrangeiros, verifica-se na prática que com relação ao emprego das algemas, algumas vezes, faz-se certa distinção considerando a falta de lei específica que regulamente esse instrumento, que quando é usado de forma exagerada traz danos psicológicos irreparáveis ao ser humano.

Prevê a Constituição Federal, também, em seu o artigo 5º, inciso X que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

Mesmo esses direitos estando resguardados pela lei, atualmente devido a globalização e o desenvolvimento tecnológico da imprensa, vê-se diariamente operações, especialmente da Polícia Federal, onde pessoas renomadas tem sua imagem exibida pela imprensa ferindo sua dignidade, sua moral e sua imagem.

A idéia de honra significa falar em “probidade; virtude; consideração; bom nome; fama; glória, graça, dignidade, distinção.”¹⁴

¹⁴ BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário escolar da língua portuguesa** - 11.ª edição. Rio de Janeiro: FENAME, 1976.

Afirma Sidney Guerra que:

(...) no plano da conduta moral o homem tende a ser o legislador de si mesmo. De tal modo que para muitas pessoas, a honra sobreleva a própria vida não havendo a possibilidade de dissociar este elemento, que é de cunho moral e imprescindível à composição da personalidade, já que acompanha a pessoa desde o nascimento com vida até sua morte (...) ¹⁵

Pode-se entender a honra como qualidades que caracterizam a dignidade da pessoa, o respeito dos cidadãos, o bom nome, a reputação.

A honra é um bem inerente ao ser humano que está diretamente ligada ao aspecto moral, dos valores mais importantes da pessoa, de poder ter um nome e poder viver na sociedade, sem sentir-se constrangida.

Para José Carlos Buzanello e Sidney Guerra:

No direito à honra, a pessoa diante da sociedade é vista em função do valor que lhe é atribuído no contexto social. Vê-se que caso ocorra a lesão da honra, de imediato pessoa que tem seu direito violado, se sente diminuída, humilhada, constrangida, sofrendo enormes perdas, pois a lesão se reflete na opinião pública, que adota uma postura negativa, reprovativa em relação a tal pessoa. ¹⁶

Infelizmente, a sociedade faz um juízo de valor e reprova o comportamento de uma pessoa que é exposta como um suspeito ou infrator em qualquer crime. É impossível a pessoa que teve sua imagem exibida não se sinta constrangida e não sofra com o preconceito das outras pessoas, mesmo que comprove juridicamente ser inocente.

Nota-se que na Constituição Federal o direito à imagem foi citado em três momentos, sendo todos eles no artigo 5º, inciso X (imagem-retrato), inciso V (imagem- atributo), bem como no inciso XXVII (proteção da imagem como direito do autor).

Cabe ressaltar que para que seja lícito o uso de imagem de uma pessoa é preciso que esta dê o seu consentimento da mesma; caso contrário dá ensejo a imediata responsabilidade pela exposição indevida, gerando direito a reparação do dano.

¹⁵ BUZANELLO, Jose Carlos e GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos: uma abordagem interdisciplinar II** - Rio de Janeiro: Freitas Barros, 2006, p. 113.

¹⁶ BUZANELLO, Jose Carlos e GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos: uma abordagem interdisciplinar II** - Rio de Janeiro: Freitas Barros, 2006, p. 115.

Existe uma preocupação nos ordenamentos jurídicos de um Estado de Direito em relação ao direito à privacidade percebe-se que este fato decorre do processo de amadurecimento que envolveu o seu reconhecimento internacional.

Parece existir preocupação com o direito à privacidade das pessoas, sobretudo quando uma imagem, uma informação, uma filmagem, uma gravação podem ser veiculadas no mundo em fração de segundos, dada a velocidade crescente dos meios de comunicação.

Na medida em que a pessoa humana passa a ser o centro das atenções, com a inserção de normas protetivas em seus respectivos textos constitucionais como também com a celebração de diversos tratados internacionais, evidencia-se o direito a uma vida protegida, cabendo a reparação de dano causado pelos eventuais abusos cometidos quando da não observado e resguardado o direito à privacidade.

Percebe-se que, muitos presos tentam amenizar tal ofensa à sua imagem escondendo as algemas, ainda que todos saibam de sua prisão. Sempre mostrar-se no jornal casos de prisões preventivas e apreensões em que mesmo não havendo resistência ou tentativa de fuga, a polícia de convoca a imprensa para acompanhar as diligências, e assim, a pessoa tem sua imagem exibida de forma humilhante.

De certa forma, não cabe às autoridades policiais, de forma discriminada ou indistinta, deixar de algemar a pessoa que se encontra na condição de presa, em razão de sua capacidade profissional ou econômica.

Porém, ocorre que mesmo quando justificada a prisão, a figura da pessoa algemada constrange e denigra a imagem daquela pessoa, além disso, os danos acabam atingindo à sua imagem e de sua família.

Vale ressaltar que o próprio artigo constitucional, que garante os direitos a honra e a imagem, prevê a devida indenização.

A fim de coibir a exposição de preso algemado a Constituição em seu artigo 5º, inciso XLIX assegura o “respeito à integridade física do preso”, bem como dispõe que a Lei de Execução Penal, em seu artigo 40 que é obrigação das autoridades “o respeito à integridade física e moral dos condenados e presos

provisórios”, e no artigo 41, inciso VIII, fixa que entre os direitos do preso está a proteção “contra qualquer forma de sensacionalismo”.

Sem dúvida a exposição do preso fazendo uso de algemas, de forma injusta e desnecessária, acarreta prejuízo a vida, honra e dignidade da pessoa, pois faz com que a pessoa se sinta humilhada e constrangida perante a sociedade.

De outro lado, existe o direito à segurança que está elencado no artigo 5º, da Constituição Federal, como um dos direitos fundamentais. Observa-se, então, que o direito à segurança das pessoas anda de mãos dadas com a dificuldade que as autoridades têm de prever o comportamento de uma pessoa presa, bem como qual pode ser a sua reação, enfim, não se tem como medir a periculosidade de um suspeito, denunciado ou reeducando. Ressalta-se que da mesma forma que a Constituição garante o direito de presos, busca proteger também a coletividade como é o caso do artigo 144 da Constituição Federal, que preceitua que “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (...)”.

Vê-se que é difícil dizer quando e como as algemas devem ser utilizadas, já que existem direitos e princípios a serem preservados tanto do ser humano como de toda a sociedade.

Dessa forma, é possível compreender a importância de uma pesquisa aprofundada sobre o tema, tendo em vista que está evidenciada sua presença na vida do ser humano desde tempos remotos até os dias atuais. Entretanto, não se tem pesquisado acerca desse assunto, prova disso é a escassez de obras tratando sobre o mesmo.

1.2 Princípios Constitucionais afeitos ao uso de algemas

Com relação ao uso de algemas existem três princípios afeitos a serem estudados. São eles o princípio da presunção de inocência, o princípio da dignidade humana e o princípio da proporcionalidade.

Percebe-se que no Direito Penal da mesma maneira que em todos os outros ramos do Direito são aplicados princípios sejam eles explícitos, bem como

implícitos na lei, os quais possuem uma grande importância, pelo fato de fazerem parte do sistema jurídico.

O termo princípio é derivado do latim “principium” e tem como significado, a ideia de começo, origem, assim como, pode ser entendido como ideia de verdade, que serve de fundamento, de embasamento para algo.¹⁷

Pode-se afirmar que os Princípios Constitucionais servem para proteger os direitos e, também, são a base para a prática do Direito.

José Afonso da Silva conceitua os princípios como “ordenações que se irradiam e imantam os sistemas de normas, são [como observam Gomes Canotilho e Vital Moreira] núcleos de condensações nos quais confluem valores e bens constitucionais.”¹⁸

No entendimento de Luís Diez Picazo citado por Bonavides os princípios são as primeiras verdades, afirmando que têm os princípios, de um lado, “servido de critério de inspiração às leis ou normas concretas desse Direito positivo” e, de outro, são considerados como normas adquiridas “mediante um processo de generalização e decantação dessas leis”. Da mesma maneira que as normas, os princípios possuem validade, vigência e obrigatoriedade.¹⁹

Na visão de Luiz Flávio Gomes os princípios jurídico –penais que:

são extraídos dos textos constitucionais, internacionais ou legais, constituem fontes formais imediatas do Direito penal (em geral), mas tampouco pode definir crimes ou penas ou medidas de segurança ou agravar penas. Os princípios ganham força cada dia na jurisprudência, mas podem substituir a lei formal como fonte única e do Direito Penal.²⁰

Os Princípios Constitucionais são encontrados na Constituição Federal e podem ser denominados como fontes do Direito, que servem como diretrizes que possuem como objetivo fundamentar, interpretar e suplementar as leis existentes.

¹⁷ SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**, 27ª edição rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2008.

¹⁸ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 33ª edição, revista e atualizada. São Paulo : Malheiros, 2010, p. 92.

¹⁹ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 23ª. edição atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 256.

²⁰ GOMES, Luiz Flávio. **Fontes do Direito Penal: uma necessária revisão**. Revista Prática Jurídica, Brasília-DF: Editora Consulex, 2007, p.59.

1.2.1 Princípio da presunção de inocência

Tem-se o princípio de presunção de inocência com base no artigo 5º, em seu inciso LVII, da Constituição Federal, prevê que “ninguém será considerado culpado até transitado em julgado de sentença penal condenatória.” Até o momento em que ocorrer esse ato presumi-se que todos são inocentes, cabendo a acusação provar o que for alegado, demonstrando que o agente é realmente culpado. Além disso, o cerceamento cautelar de liberdade só existirá em situações de extrema necessidade.

De acordo com Capez, esse princípio apresenta-se no momento da instrução processual, como presunção legal relativa a não culpabilidade, invertendo o ônus da prova; quando se avalia a prova apresentada, valorando-a em favor do acusado no caso em que houver dúvida e, ainda, no decorrer do processo pena como paradigma de tratamento imputado, especialmente no que diz respeito à análise da necessidade da prisão processual.²¹

O entendimento do Supremo Tribunal Federal é que o status de inocência, dura até que aconteça a trânsito julgado da sentença final prolatada, mesmo que haja recurso especial ou extraordinário.

Pelo princípio de presunção de inocência, as medidas cautelares durante a persecução exigem o maior cuidado. Como exemplo, a quebra de sigilo bancário, telefônico, busca e apreensão domiciliar, ou a própria exposição da figura do indiciado ou réu na imprensa por meio de imagem ou de informações adquiridas podem acarretar prejuízos irremediáveis à sua figura.

O fato de o princípio supramencionado estar consagrado, não retira a constitucionalidade das prisões provisórias, que são reconhecidas, de maneira pacífica, pela jurisprudência, bem como não impede que o agente seja preso por algemas.²²

Porém, sempre que esse instrumento é utilizado em uma operação policial, ocorre um desrespeito ao esse princípio, pelo fato de que quando se tem a imagem de uma pessoa algemada logo tem se o entendimento de que ela de fato cometeu

²¹ CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 17ª edição- São Paulo: Saraiva, 2010, p.81.

²² MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional** . 24ª edição - São Paulo: Atlas, 2009, p.118.

um crime. As pessoas quando se deparam com essa situação não acreditam que aquele que foi preso e algemado possa, talvez, não ser o culpado, ser inocente.

Cabe ressaltar que o princípio de presunção de inocência tem sido considerado como sinônimo de presunção de não culpabilidade.

1.2.2 Princípio da dignidade humana

No que se refere ao uso de algemas, outro princípio de suma importância é o Princípio da Dignidade Humana, conforme a seguir.

A consagração expressa da dignidade da humana em diversas Constituições ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, desse momento em diante é que se começou a considerar a dignidade da pessoa como núcleo central do constitucionalismo de valores, do Estado Constitucional Democrático e dos direitos fundamentais.

Não obstante, diversamente do reconhecimento da importância axiológica, quando se trata da eficácia normativa, as divergências começam a surgir, sobretudo, em razão da dificuldade de se estabelecer uma precisa definição jurídica de seu conteúdo, imprescindível para a obtenção de uma maior densidade jurídica que possibilite sua transição da dimensão ética e abstrata para as motivações racionais e fundamentadas das decisões judiciais.

Como fundamento do surgimento da dignidade humana existia na doutrina cristã a idéia de termos sido criados à imagem e semelhança de Deus. Com o passar do tempo, a concepção de dignidade do homem passou por um processo de racionalização, sem deixar de lado a noção de que todos são iguais em dignidade.

O pensamento de Immanuel Kant influenciou muito a modernidade, foi fundamental sua ideia, de que todos os seres humanos, quaisquer que sejam são dignos de respeito, sendo o traço distintivo do homem como ser racional, o fato de existir como “fim em si mesmo”. Assim sendo, ele não pode ser usado como simples meio, o que limita o uso arbitrário desta ou daquela vontade.²³

²³ KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Disponível em: <http://www.consciencia.org/kantfundamentacao.shtml> Acesso em: em 29 mar. 2012.

A palavra dignidade surgiu do latim *dignitas* que quer dizer valor intrínseco, nobreza, honra, prestígio, respeito, qualidade de quem é digno.²⁴

É muito difícil estabelecer apenas um significado que defina o que é dignidade humana, pois quando se fala em conceito de dignidade humana são envolvidos valores culturais: éticos, filosóficos, religiosos, políticos e econômicos, que são obtidos pelo direito e positivados pelas normas jurídicas, ou seja, esse valores informam o direito positivo.

No conceito de Alexandre de Moraes, a dignidade humana é definida como:

(...) uma referência constitucional unificadora dos direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, ou seja, daqueles direitos que visam garantir o conforto existencial das pessoas, protegendo-as de sofrimentos inevitáveis na esfera social.²⁵

Pode-se observar que a dignidade humana não é um direito concedido pelo ordenamento jurídico, mas um atributo inerente a todos os seres humanos, independente de raça, sexo ou cor, condição financeira ou outros requisitos. A consagração no plano normativo constitucional significa o dever de proteção do Estado, bem como respeito por parte deste ou demais indivíduos. É certo que para que a dignidade humana seja protegida, promovida e respeitada é necessário que existam os direitos fundamentais.

Marcelo Novelino explica que:

(...) enquanto fonte material dos direitos fundamentais, a dignidade da pessoa humana possui múltiplos valores afins, alguns deles imprescindíveis ao pleno desenvolvimento da personalidade. A liberdade como especial relevância para a autodeterminação (autonomia da vontade), e a igualdade, são valores cuja violação representa um atentado à própria dignidade.²⁶

Percebe-se que a dignidade humana tem diversos valores como liberdade e igualdade, que são extremamente necessários para o desenvolvimento da

²⁴ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio de Língua**, 2.^a edição, revista e aumentada – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

²⁵ MORAES, Alexandre de. **Curso de Direito Constitucional**, 24^a edição - São Paulo: Atlas, 2009, p.143.

²⁶ NOVELINO, Marcelo. **Da Dignidade da Pessoa Humana: Conteúdo Jurídico**. Revista Prática Jurídica, Brasília-DF: Editora Consulex, 2008, p.27.

personalidade do ser humano, que quando são violados, acarretam prejuízos que podem ser irreparáveis.

A dignidade tem suma importância, tanto é que praticamente todos os tratados internacionais falam a respeito e a Constituição Brasileira em seu parágrafo 1º, inciso III dispõe que:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana; (...)

Consagrada de forma expressa na Constituição Federal a dignidade da pessoa humana foi elencada dentre os fundamentos do Estado brasileiro. Percebe-se que por estar positivada ela passou a ter um valor jurídico, tendo um caráter normativo e suscitando importantes conseqüências jurídicas.

Com relação ao princípio da dignidade humana Marcelo Novelino afirma que:

A noção de dignidade se concretiza histórico-culturalmente segundo a consciência jurídica de cada povo, sendo inegável que sociedades com maior desenvolvimento econômico e cultural terão melhores condições para promover os meios necessários a uma vida digna. (...) Por isso, a configuração do princípio da dignidade da pessoa humana, apesar de possuir um conteúdo universal mínimo, será variável no tempo e no espaço de acordo com o desenvolvimento, social, econômico e cultural de cada sociedade. A efetividade deste princípio na imposição de medidas positivas e, a *fortiori*, de prestações permanentes, dependerá das autoridades encarregadas de seu cumprimento e do maior ou menor aperfeiçoamento jurisdicional.²⁷

Outrossim, verifica-se que o uso indiscriminado de algemas fere o princípio da dignidade humana, uma vez que não é admitido o emprego de força, exceto em casos em que se faz necessário, como quando há resistência ou tentativa de fuga.

Destaca Flávia Piovesan a importância e reconhecimento da dignidade humana:

A Declaração Universal de 1948, ao introduzir a concepção contemporânea de direitos humanos, acolhe a dignidade humana como valor a iluminar o universo de direitos. A condição humana é requisito único e exclusivo, reitera-se, para a titularidade de direitos. Isto porque todo ser humano tem uma dignidade que lhe é inerente, sendo

²⁷ NOVELINO, Marcelo. **Da Dignidade da Pessoa Humana: Conteúdo Jurídico**. Revista Prática Jurídica, Brasília-DF: Editora Consulex, 2008, p.29.

condicionada, não dependendo de nenhum outro critério, senão o ser humano. O valor da dignidade humana se projeta, assim como o sistema internacional de projeção. Todos os tratados internacionais, ainda que assumam a roupagem do positivismo jurídico, incorporam o valor da dignidade humana.²⁸

Nota-se que toda pessoa tem sua dignidade resguardada também pelos tratados internacionais que englobam todos os direitos individuais garantidos, que acabam valorando a dignidade humana. Observa-se que a questão da dignidade está ligada ao bem estar do ser humano.

No que diz respeito às algemas, são elas instrumentos postos à disposição dos profissionais da área de segurança pública, com a finalidade de conter as pessoas detidas e preservar direitos de integrantes da sociedade.

O uso de algemas quando devido, legítimo e necessário não prejudica esta dignidade, mas o excesso, bem como a sua injusta colocação, inegavelmente sim. Verifica-se que a exposição desnecessária e exagerada à mídia, com o uso de algemas atenta contra o princípio da dignidade humana, pois as algemas não devem ser utilizadas com o objetivo de pena, castigo ou fonte de humilhação.

A intenção principal da adoção das algemas não deve ser violar o princípio da dignidade humana. Vale ressaltar que cada caso deve ser analisado em suas peculiaridades, pois dependendo da situação o simples fato de colocar algemas configurará violação ao princípio da dignidade humana.

Na sociedade contata-se que existe um uso excessivo das algemas, especialmente em pessoas das camadas sociais mais carentes, todavia não se pode olvidar que as pessoas públicas renomadas e conhecidas também sofrem dano à imagem, quando expostas a tal situação. Enfim, todos devem ter a sua imagem preservada, como extensão da proteção à dignidade humana.

1.2.3 Princípio da proporcionalidade

Quando discute o uso de algemas é difícil medir a que seria o uso proporcional, para isso verifica-se o que seria o Princípio da Proporcionalidade.

²⁸ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional**, 7.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p.38

Segundo cita Paulo Bonavides, Pierre Muller entende que em acepção ampla, o princípio da proporcionalidade é a regra fundamental que deve ser obedecida pelos os que exercem, bem como pelos que padecem o poder. Em uma acepção mais estrita, o princípio se define pelo fato de criar a existência da relação adequada entre um ou mais fins definidos e os meios com que são levados ao final.²⁹

Nesta última acepção, afirma a doutrina que ocorre uma violação ao princípio da proporcionalidade, com ocorrência de arbítrio, sempre que “os meios destinados a realizar um fim não são por si mesmos apropriados e ou quando a desproporção entre meios e fim é particularmente evidente”.³⁰

Por conseguinte, o princípio da proporcionalidade, visa criar uma relação entre fim e meio, confrontando o fim e o embasamento de uma intervenção com os efeitos desta para que se torne possível controlar o excesso.³¹

Paulo Bonavides examinando as bases do princípio expõe que há um terceiro elemento, qual seja, a situação de fato, assim formando uma relação entre fim, meio e situação.³²

Afirma o autor que do caráter teleológico do Direito abrange o princípio da proporcionalidade também a questão instrumental; de modo que fim e meio, em razão de regra jurídica, se encontram em uma ligação normativa, assim como em uma “relação sistemática, determinada pelo conjunto do Direito e da Sociedade.” Apenas a reflexão filosófica poderá servir como embasamento a proporcionalidade na relação “fim e meio em ordem a que se possa determinar se tal exigência conduzirá a um princípio geral de direito cristalizado na máxima da proporcionalidade”.³³

Juntamente com o princípio da proporcionalidade surgiu um novo Estado de Direito cuja a solidez constitucional nasceu da necessidade de instaurar em

²⁹ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 23ª. edição atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 393.

³⁰ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 23ª. edição atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 393

³¹ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 23ª. edição atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 393.

³² BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 23ª. edição atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 394.

³³ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 23ª. edição atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 394.

toda ordem social os chamados direitos de segunda e de terceira gerações, ou seja, os direitos econômicos, sociais e culturais.

Cabe ressaltar, que a vinculação do princípio da proporcionalidade ao Direito Constitucional ocorre por vias dos direitos fundamentais. Assim, ele ganha soberano valor e um prestígio e divulgação tão grande quanto outros princípios fundamentais e afins, nomeadamente o princípio da igualdade.³⁴

Resguardando a liberdade, ou seja, protegendo os direitos fundamentais, o princípio da proporcionalidade entende principalmente “com o problema da limitação do poder legítimo, devendo fornecer o critério das limitações à liberdade individual.”

De acordo com Ernesto Pedraz Penalva, também citado Bonavides, a proporcionalidade não é apenas uma regra, critério ou elemento de juízo tecnicamente utilizável para afirmar consequências jurídicas, uma vez que é princípio consubstanciado ao Estado de Direito com total e imprescindível operatividade, ao mesmo passo que a exigência de sua utilização aparece como uma das garantias básicas que deve ser observada em toda vez em que os direitos e as liberdades sejam prejudicados.³⁵

Por meio deste princípio os julgadores podem reparar danos causados pela lei, bem assim em certas ocasiões diante das insuficiências legislativas causadas pelo próprio Estado com lesões de espaços jurídicos- fundamentais.

Observa-se que o princípio da proporcionalidade, enquanto máxima de interpretação, não representa nenhum critério material, ou seja, substantivo, de decisão, mas serve tão somente para estabelecer, como diretiva procedimental, o processo de busca material da decisão, aplicado obviamente à solução de justiça do caso concreto e específico.

Insta salientar que, deve haver um cuidado na aplicação desse princípio para que de fato ocorra a proibição do excesso, sem prejuízo da segurança na manutenção da integridade física e moral da pessoa presa, bem como da segurança dos demais membros da sociedade.

³⁴ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 23ª. edição atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 395.

³⁵ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 23ª. edição atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 395.

CAPÍTULO II- LEGISLAÇÃO VIGENTE SOBRE O USO DE ALGEMAS

Atualmente, analisando os dispositivos legais vigentes constata-se que não existe uma legislação específica tratando sobre o uso de algemas, o que pode ser encontrado nas leis são artigos que disciplinam sobre o assunto de forma indireta.

Em 1986, surgiu o primeiro projeto de lei visando regulamentar o artigo 199 da LEP, recebeu o nº 241/86, mas foi arquivado. No ano seguinte, foi proposto o Projeto de Lei do Senado nº 41/ 1987 que também não foi apreciado. No ano de 1991, na Câmara dos Deputados foi feito o Projeto de Lei nº 1918/1991, que ficou durante oito anos em tramitação, mas foi arquivado em 1999.

Já no ano 2000, surgiu o novo Projeto de Lei nº 2753/2000, visando regular o artigo 199, porém, enquanto seguia os trâmites de votação, foi apresentado o Projeto de Lei nº 3287/2000, dispondo sobre o mesmo assunto que também não foi votado.

No ano 2001, mais o Projeto de Lei nº 4537, foi apresentado a fim de disciplinar o artigo 199, e também, foi esquecido pelos legisladores. Até que no ano de 2005, foi feita uma proposta por meio do Projeto 5494/2005 com a finalidade de não apenas regular, mas sim de alterar o artigo 199 da LEP, que com a nova redação os réus quando primários, com bons antecedentes e que não tentassem empreender em fuga e nos casos que não se tratasse de prisão em prisão em flagrante seria dispensado o uso de algemas. Tal projeto de lei restou infrutífero, e despontou, então, o Projeto de Lei nº 5858/2005 que não regulava e nem alterava o artigo 199 da LEP, e sim o revogava.

Apesar da pertinência e da importância esses projetos ficaram parados e no ano de 2007, foi formulado o Projeto de Lei nº 4/2007, que trouxe a obrigatoriedade do uso de algemas dependendo da classificação do crime.

No mesmo ano foi proposto o Projeto nº 2527, que não trouxe em sua redação grandes inovações e ficou aguardando votação.

Na sequência, a Casa dos Deputados recebeu o Projeto de Lei nº 3746/2008, inovou em dispor a proibição do uso de algemas quando a prisão for voluntária e não oferecer nenhum risco. Dispõe ainda sobre a não será utilizado algemas em gestantes e idosos com mais de 65 anos.

No ano de 2008, foi apresentado o Projeto de Decreto Legislativo nº 853/08, com o objetivo de cessar a aplicação da Súmula Vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal, pois com a edição da referida súmula estaria havendo uma usurpação das funções do Congresso Nacional. Pode-se observar que no decorrer dos anos vários projetos foram apresentados, mas até o presente momento nenhum foi votado.

No ordenamento jurídico brasileiro ainda não há legislação que discipline especificamente a utilização de algemas, pois, o artigo 199 da Lei de Execução Penal -LEP dispõe: “O emprego de algemas será disciplinado por decreto federal”. Entretanto, até os dias atuais não existe esse decreto federal para tratar sobre a matéria.

A Exposição de Motivos à Lei de Execução Penal justifica que:

176. A segurança pública e individual é comprometida quando as fugas ou as tentativas de fuga se manifestam, principalmente fora dos limites físicos dos estabelecimentos prisionais, quando a redução do número de guardas e as circunstâncias do transporte dos presos impedem o melhor policiamento. Daí a necessidade do emprego de algemas como instrumentos de constrição física.

177. O uso de tal meio deve ser disciplinado em caráter geral e uniforme. Esta é a razão do disposto no art. 198, segundo o qual “*o emprego de algemas será disciplinado por decreto federal*”.

Contudo, ao autorizar excepcionalmente o emprego da força física, o Código de Processo Penal, em seu artigo 284, preceitua que “Não será permitido o emprego de força, salvo a indispensável no caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso”. Logo à diante, no artigo 292, dispõe que “Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência (...)”.

Por mais que não faça referência expressa às algemas, o Código de Processo Penal disciplinou tacitamente sua utilização, pois, em suma, os dois dispositivos (artigos 284 e 292) dispõem que poderá ser feito o que for necessário (de forma razoável) para conter a fuga ou resistência do preso. Assim, a permissão ao uso de algemas está devidamente inserida nesse contexto.

Analisando esses dispositivos, Fernando Capez entende que:

O Código de Processo Penal, em seu art. 284, embora não mencione a palavra "algema", dispõe que "não será permitido o uso de força, salvo a indispensável no caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso", sinalizando com as hipóteses em que aquele poderá ser usada. Dessa maneira, só, excepcionalmente, quando realmente necessário o uso de força, é que a algema poderá ser utilizada, seja para impedir fuga, seja para conter os atos de violência perpetrados pela pessoa que está sendo presa. No mesmo sentido, o art. 292 do CPP que, ao tratar da prisão em flagrante, permite o emprego dos meios necessários, em caso de resistência.³⁶

Verifica-se que, os artigos 284 e 292 do Código de Processo Penal, disciplinam que não será permitida a utilização da força, salvo nos casos em que ocorre tentativa de fuga ou quando houver resistência.

Luiz Flávio Gomes, examinando o texto dos artigos supramencionados , conclui que:

Indispensabilidade da medida, necessidade do meio e justificação teleológica ("para" a defesa, "para" vencer a resistência) são os três requisitos essenciais que devem estar presentes concomitantemente para justificar o uso da força física e também, quando o caso (e com muito mais razão), de algemas.³⁷

Constata-se o uso das algemas não pode ser feito de qualquer maneira, ou seja, o agente ao prender uma pessoa fazendo uso desse instrumento deve se ater a algumas condições, sendo que só será empregado o uso das algemas se de fato houver necessidade devendo também se justificar aquilo que motivou a utilização delas, se no ato ocorreu uma tentativa de fuga, ou se o acusado tentou agredir o policial que está efetuando a prisão, por exemplo.

Pode- se observar que quando se trata de prisão de crianças ou adolescentes a lei deixa outra lacuna, tendo em vista que o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069, de 13 de julho de 1990, não proíbe, de modo expresso que seja utilizadas algemas em menores infratores. No entanto, o artigo 178 assim dispõe:

Artigo 178 – O adolescente, a quem lhe atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade ou que causem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade.

³⁶ CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 17ª edição- São Paulo: Saraiva, 2010, p.302.

³⁷ GOMES, Luiz Flávio. **Algemas: uso restrito, súmula 11 e Direito Penal do Inimigo** . Disponível em <http://www.lfg.com.br> 19 agosto. 2008. Acesso em: 22 mar. 2012.

No artigo supramencionado é que a doutrina se apoia para afirmar que não é admitido o uso de algemas em crianças e adolescentes, lembrando que, com base no princípio da proporcionalidade quando se fizer necessário, é admissível a alternativa de algemar menores infratores, se este for perigoso e corpulento, considerando, também, que deve ser garantida a segurança de seus condutores.

A jurisprudência é pacífica no sentido de que se o infrator tem um “alto grau de periculosidade e seu porte físico seja avantajado” e ele “coloque em risco a incolumidade física das pessoas,” é permitido que o menor infrator seja contido por meio do emprego de algemas.³⁸

Tem-se que hoje é normal que alguns menores têm porte físico que levam muitos policiais a erro, induzindo-os a acreditar que são maiores de idade. E nesse caso, muitas vezes durante a ocorrência, de imediato, são algemados e conduzidos aos distritos policiais, então, após fazer a qualificação ou identificação datiloscópica, nota-se que se trata de um menor.

Sendo assim, por se tratar de um evidente erro, nenhuma responsabilização será atribuída ao agente policial, devendo o mesmo apenas retirar as algemas do menor infrator, se a situação e a ausência de risco permitir que isso seja feito.

Em seu artigo 474, § 3º, o Código de Processo Penal, com a alteração que lhe foi dada pela Lei 11.689/2008, disciplina de forma expressa o uso de algemas no plenário do júri, dispondo que: “Não se permitirá o uso de algemas no acusado durante o período em que permanecer no plenário do júri, salvo se absolutamente necessário à ordem dos trabalhos, à segurança das testemunhas ou à garantia da integridade física dos presentes”.

Mais uma vez, o Código de Processo Penal permitiu expressamente o uso de algemas somente se for necessário, ou seja, em casos excepcionais, pois, caso contrário, não deverá ser empregado este instrumento de contenção nos acusados durante o período em que permanecer no plenário do júri.

Esgotados os dispositivos do Código de Processo Penal que tratam sobre a utilização de algemas, cabe analisar a disposição contida no § 1º do artigo 234

³⁸ HERBELLA, Fernanda. **Algemas e a Dignidade da Pessoa Humana** - São Paulo: Lex Editora, 2010, p.78.

do Código de Processo Penal Militar, que prevê: “O emprego de algemas deve ser evitado, desde que não haja perigo de fuga ou de agressão da parte do preso, e de modo algum será permitido, nos presos a que se refere o art. 242”.

Importante esclarecer que o artigo 242 do Código de Processo Penal Militar, trata da prisão especial, elencando as pessoas que compõem o seletivo grupo sujeito a este tipo de prisão, quais sejam:

- a) os ministros de Estado;
- b) os governadores ou interventores de Estados, ou Territórios, o prefeito do Distrito Federal, seus respectivos secretários e chefes de Polícia;
- c) os membros do Congresso Nacional, dos Conselhos da União e das Assembléias Legislativas dos Estados;
- d) os cidadãos inscritos no Livro de Mérito das ordens militares ou civis reconhecidas em lei;
- e) os magistrados;
- f) os oficiais das Forças Armadas, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros, Militares, inclusive os da reserva, remunerada ou não, e os reformados;
- g) os oficiais da Marinha Mercante Nacional;
- h) os diplomados por faculdade ou instituto superior de ensino nacional;
- i) os ministros do Tribunal de Contas;
- j) os ministros de confissão religiosa.

Considerando que o Código de Processo Penal Militar só deve ser aplicado nos processos que visam apurar crimes militares, previstos no Código Penal Militar, o privilégio de não ser algemado, reservado às pessoas descritas no rol do artigo 242 do Código de Processo Penal Militar, aplica-se somente quando essas pessoas cometerem algum crime militar.³⁹

Por fim, tem-se a Lei 9.537/97, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob a jurisdição nacional, a qual prevê em seu artigo 10, inciso III, que:

Art. 10. O Comandante, no exercício de suas funções e para garantia da segurança das pessoas, da embarcação e da carga transportada, pode:
(...)
III - **ordenar a detenção de pessoa em camarote ou alojamento, se necessário com algemas**, quando imprescindível para a manutenção da integridade física de terceiros, da embarcação ou da carga; (grifo nosso).

Assim, pela análise das citadas disposições legais, José Ricardo Chagas entende que as algemas são instrumentos de importante utilização:

Há que esclarecer que o uso das algemas em nada se associa ao emprego da força. Esse é um equívoco costumeiro. As algemas são

³⁹ HERBELLA, Fernanda. **Algemas e a Dignidade da Pessoa Humana** - São Paulo: Lex Editora, 2010, p.58.

utilizadas como forma de neutralização da força e de imobilização do delinqüente. É incontroversamente menos traumático, doloroso e arriscado imobilizar o “meliante” utilizando-se a algema, a utilizar técnicas de imobilização conceituais.⁴⁰

Pode-se verificar que o emprego de algemas não está ligado ao uso de força, pois para os agentes prisionais ou policiais ao utilizar esse instrumento para conduzir uma pessoa se torna mais fácil o desenvolvimento de seu trabalho, pois pode impedir a tentativa de fuga ou resistência, porém as algemas devem ser usadas em casos de extrema necessidade.

Fernando Capez, conclui que:

[...] em todos esses dispositivos legais tem-se presente um elemento comum: a utilização desse instrumento como medida extrema, portanto, excepcional, somente podendo se dar nas seguintes hipóteses: (a) impedir ou prevenir a fuga, desde que haja fundada suspeita ou receio; (b) evitar agressão do preso contra os próprios policiais, terceiros ou contra si mesmo.⁴¹

Salienta-se que a utilização desproporcional das algemas pode acarretar a responsabilização do agente público, nos termos delineados pela Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº. 4.898/1.965), pois ele poderá ter sua conduta amoldada aos artigos 3º, *i*, e 4º, *b* e *h*, da referida lei, *in verbis*:

Art. 3º Constitui abuso de autoridade qualquer atentado:

i) à incolumidade física do indivíduo;

Art. 4º Constitui também abuso de autoridade:

b) submeter alguém sobre sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei; (...)

h) o ato lesivo da honra, ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal; (...)

Importante ressaltar que o agente público é responsável se acaso tiver um preso em sua guarda e este vier a fugir, bem como é responsabilizado se usar as algemas de forma desproporcional.

Além de considerar que só se pode fazer o uso de algemas em casos de extrema necessidade, deve-se ainda ser observado o princípio da proporcionalidade.

⁴⁰CHAGAS, José Ricardo Chagas. **O uso de algemas segundo o Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5217/O-uso-das-algemas-segundo-o-STF>. Acesso em: 22 fev.2012.

⁴¹ CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 17ª edição- São Paulo: Saraiva, 2010, p.303

Entende-se que a proporcionalidade é “critério de interpretação axiológica, quando se põe em confronto com valores diversos, devendo o interprete optar pelo valor que se mostra com maior densidade ou importância”.⁴²

O princípio da proporcionalidade é denominado como:

(...) a decorrência do princípio da supremacia da Constituição que tem por objeto a aferição da relação entre o fim e o meio, com sentido teleológico ou finalístico, reputando arbitrário o ato que não observar que os meios destinados a realizar um fim não são por si mesmos apropriados ou quando a desproporção entre o fim e o fundamento é particularmente manifesta.⁴³

Luiz Flávio Gomes, fazendo uma leitura sistemática do ordenamento jurídico vigente, conclui que para se fazer bom uso das algemas sempre deve ter em vista o princípio da proporcionalidade, que se não for observado, poderá restar caracterizado crime de abuso de autoridade:

Tudo se resume, conseqüentemente, no princípio da proporcionalidade, que exige adequação, necessidade e ponderação na medida e vale no Direito processual penal por força do art. 3º do CPP.

[...] em todos os momentos em que (a) não patentead a imprescindibilidade da medida coercitiva ou (b) a necessidade do uso de algemas ou ainda (c) quando evidente for seu uso imoderado há flagrante violação ao princípio da proporcionalidade, caracterizando-se crime de abuso de autoridade.⁴⁴

Nesse mesmo sentido, podemos dizer que todos os referidos dispositivos citados, assim como a Constituição Federal visa garantir que seja respeitado à integridade dos presos, seja ela física ou moral, determinando que se preserve a dignidade humana e proibindo o tratamento desumano e degradante.

Outrossim, assevera que o agente ao utilizar o uso de algema, de forma desnecessária, está sujeito a responder pelo crime de abuso de autoridade, pois as algemas são consideradas como instrumento que submete o homem a constrangimento e humilhação.

⁴² SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 27ª edição rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2008.

⁴³ SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**, 27ª edição rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2008.

⁴⁴ GOMES, Luiz Flávio. **O uso de algemas no nosso país está devidamente disciplinado?**. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 56, 1 abr. 2002. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/2921>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

E ainda, Fernando Paciello Junior afirma que:

O apetrecho nada mais é do que um meio eficiente de contenção. A ação tem o condão de prover a defesa do policial ou de terceiros, como também de vencer a resistência oposta, e está resumida no princípio da proporcionalidade, e exige adequação, necessidade e ponderação na medida, conforme o artigo 3º do Código de Processo Penal.

[...], podemos fazer bom uso das algemas, desde que tenha conformidade com a razão, supondo equilíbrio e moderação, e não por simples capricho ou espírito de vingança, gerando as “prisões espetaculosas”, com fins sensacionalistas, de execração pública, pois tal prática pode caracterizar o constrangimento ilegal.⁴⁵

Assim, conclui-se que a doutrina é uníssona ao ressaltar a importância da utilização de algemas, mas, segundo os preceitos esculpido no ordenamento jurídico pátrio, devem ser usadas sempre com a observância do princípio da proporcionalidade, pois, caso contrário, poderá ocorrer o crime de abuso de autoridade por parte da autoridade que fizer mal uso deste instrumento.

Ademais, o uso imoderado de algemas, dependendo da intenção do agente, pode caracterizar o crime de tortura previsto no artigo 1º, inciso II, ou no artigo 1º, § 1º, ambos da Lei 9.455/1.997, que dispõe:

Art. 1º Constitui crime de tortura:

II – submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

Cabe ainda destacar, que devido à confirmação de denúncias, de que mulheres presas estavam usando algemas durante cirurgia de parto, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no dia 10 de fevereiro de 2012, o Decreto nº 57.783/2012, que veda o uso de algemas em presas parturientes.

No dia 06 de junho de 2012, foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução nº 3, de 1º de junho de 2012, assinada por Herbert José de Almeida Carneiro, Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, (órgão do Ministério da Justiça), recomendando que não sejam usadas algemas

⁴⁵ JÚNIOR, Fernando Paciello. **O uso de Algemas.** Disponível em: <http://www.direitoemdebate.com/index.php/direito-processual-penal/488-consideracoes-sobre-o-uso-de-algemas>. Acesso em: 12 mar. 2012.

em presos durante cirurgia (e que permaneçam nos hospitais), ou em presas quando estiverem em trabalho de parto, podendo elas permanecer sem algemas durante o período de descanso, após o nascimento do bebê.⁴⁶

⁴⁶ Resolução nº 3, de 1º de junho de 2012

O presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, no uso de suas atribuições legais, e considerando a confirmação das graves e sérias denúncias que chegaram a conhecimento deste colegiado acerca de utilização de algemas para conter mulheres presas que são submetidas à intervenção cirúrgica para realização de parto;

Considerando as orientações advindas da Constituição Federal de 1988, apregoando o respeito e preconização dos ideais de humanidade, vedando-se a prática de tortura e tratamento desumano ou degradante, a teor dos artigos 1º, inciso III e 5º, incisos III e XLIX;

Considerando o comando legal disposto nos artigos 37 e 38, do Código Penal Brasileiro, garantindo ao preso o respeito à integridade física e moral, e, especialmente, às presas tratamento de acordo com suas peculiaridades;

Considerando o que reza a Súmula Vinculante nº11 do Supremo Tribunal Federal acerca do uso da algemas somente em situações que apresentem risco;

Considerando o que dispõe as Regras Mínimas de Tratamento do Preso no Brasil, instituídas através da Resolução nº14, de 11 de novembro de 1994, deste CNPCP, em seus artigos 15 usque 20;

Considerando a necessidade de se aprimorar a Resolução nº 02, de 08 de maio de 2008, deste CNPCP, sobre a utilização de algemas na condução de presos e em sua permanência em unidades hospitalares; resolve:

Art. 1º. Recomendar que não sejam utilizadas algemas ou outros meios de contenção em presos que sejam conduzidos ou permaneçam em unidades hospitalares, salvo se restar demonstrado a necessidade da sua utilização por razões de segurança, ou para evitar uma fuga, ou frustrar uma resistência.

Parágrafo único. A autoridade deverá optar, primeiramente, por meios de contenção menos aflitivos do que as algemas.

Art. 2º. Considerar defeso a utilização de algemas ou outros meios de contenção em presos no momento em que se encontrem em intervenção cirúrgica em unidades hospitalares.

Parágrafo único. Excepcionalmente, caso se imponha, para fins de segurança, a contenção do preso, deverá a autoridade, de forma fundamentada e por escrito, apontar as razões da medida extrema, sendo defeso que sejam empregadas algemas, devendo se valer de outros meios menos aflitivos.

Art. 3º. Considerar defeso utilizar algemas ou outros meios de contenção em presas parturientes, definitivas ou provisórias, no momento em que se encontrem em intervenção cirúrgica para realizar o parto ou se estejam em trabalho de parto natural, e no período de repouso subsequente ao parto.

Art. 4º. Recomendar que os recursos humanos envolvidos no atendimento de saúde aos presos, agentes de saúde, de segurança, custódia ou disciplina, devem receber tratamento que inclua orientação para atuarem em situações de vulnerabilidade de segurança.

Art. 5º. Recomendar aos profissionais da área de saúde (médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, etc.) que noticiem formalmente aos órgãos da Execução Penal (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Conselhos Penitenciários, Juízo de Execução Penal, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos da Comunidade), bem como a Ordem dos Advogados do Brasil e respectivos Conselhos Profissionais, os casos em que a autoridade exigir a manutenção do uso de algemas ou outros meios de contenção de pessoas presas que se submeteram ao procedimento do parto ou qualquer outra intervenção cirúrgica.

Art. 6º. Recomendar ao Juízo de Execução Penal, ao órgão do Ministério Público, à Ordem dos Advogados do Brasil, à Defensoria Pública, às demais autoridades que atuam no sistema penitenciário e aos Conselhos Profissionais de Médicos e Enfermeiros que, ao tomar conhecimento de violação desta Resolução, promovam as devidas representações criminal e administrativa.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Herbert José de Almeida Carneiro"

Capítulo III – JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O USO DE ALGEMAS

Considerando que o objetivo do presente capítulo é examinar a Súmula Vinculante nº. 11, que interpreta a utilização do uso de algemas à luz dos princípios constitucionais, se faz indispensável expor como o Supremo Tribunal Federal estava decidindo acerca do tema antes da edição desta Súmula.

Para tanto, elegeu-se o acórdão proferido pela 1ª Turma daquela Corte, nos autos do *Habeas Corpus* nº. 89.429-1, relatado pela Ministra Cármen Lúcia, uma vez que traduz com propriedade as manifestações do Supremo sobre o assunto, bem assim devido ao fato de que seria impossível esgotar todas as decisões que versam a respeito do tema.

O referido remédio constitucional tinha como Impetrante Hélio Máximo Pereira, como Paciente Edilson de Souza Silva e, na condição de Coautores, a relatora do Inquérito nº. 529 do Superior Tribunal de Justiça, Ministra Eliana Calmon, e o Superintendente Regional da Polícia Federal no Distrito Federal.

À época dos fatos, o Impetrante estava encarcerado na Superintendência da Polícia Federal em Brasília e seria levado ao Superior Tribunal de Justiça no dia seguinte para ser ouvido pela Ministra Eliana Calmon. Desse modo, buscava-se a expedição de salvo-conduto para que a autoridade policial se abstinhasse de empregar algemas no Paciente durante a transferência, bem como em qualquer outro procedimento que porventura ele fosse submetido.

Em uma primeira análise parece até absurda a pretensão do Impetrante, porém, havia enorme preocupação com a imagem do Paciente, tendo em vista que ele havia sido preso em sua residência por policiais federais em cumprimento de mandado expedido pela Ministra Relatora do Inquérito nº 529 e que teria sido, na ocasião de sua prisão, flagrantemente humilhado, pois foi exibido algemado a toda imprensa nacional, medida esta que, segundo o Impetrante, seria excessiva e sem justificativa diante da conduta passiva do Paciente em face da ordem de prisão.

Assim, em suma, a impetração do *habeas corpus* visava obstar a reiteração de violação à imagem do Paciente.

Após tecer importantes considerações sobre a legislação histórica e a vigente que regulamenta o uso de algemas, a Ministra relatou que:

Nem de longe, portanto, se há de pensar que a utilização daquele instrumento possa ser arbitrária ou tolerada sem que regras jurídicas vigorem no país quanto ao seu emprego, pois a forma juridicamente válida do seu uso pode ser inferida a partir da interpretação dos princípios e até mesmo das regras vigentes (Voto da Ministra do STF Cármen Lúcia, proferido nos autos do *Habeas Corpus* nº.89.429-1).

A Ministra consignou, assim, que até mesmo a utilização de algemas se encontra regulamentada em nosso país, de modo que não poderia ser empregada a esmo, não obstante não possuísse legislação específica a respeito, o seu emprego deve respeitar os princípios e as regras vigentes em nosso direito.

Superada a questão da omissão legislativa quanto ao emprego de algemas, a Ministra critica o mau uso deste instrumento:

Afirmam as autoridades policiais que não é possível saber quando haverá resistência, uma vez que o detido pode reagir, ainda que seja uma pessoa tranquila colhida pela ordem. Nesse sentido, as algemas seriam instrumentos de segurança até mesmo para a própria pessoa do preso, além de o ser também para os policiais e para terceiros. De outra parte, é inegável que as algemas tornaram-se símbolo da ação policial, de um lado, e da submissão do preso àquele que cumpre a ordem de prisão. E é com essa figuração que pode se tornar uma fonte de abusos e de ação espetacular, que promove a prisão como forma de humilhação do preso e não de garantia da segurança das providências adotadas.

A Desembargadora Relatora salienta que, no Estado Democrático de Direito, as algemas devem ser utilizadas somente como instrumento de contenção dos presos e jamais como pena ou como meio de servilismo de alguém sobre o seu semelhante, razão pela qual esboça o seu desprezo quando o instrumento que deve ser empregado para fins de segurança seja utilizado de forma indevida, a fim de rebaixar a pessoa presa.

Ainda a este respeito, pondera a digna Relatora que em caso de abuso no uso de algemas a vítima sequer poderia pleitear a reparação moral aos danos acarretados à sua imagem.

Nesse sentido, trago à lume:

Como se deu em relação aos ferros – a prisão em ferros e aos braceletes (quando se imaginava que seria necessário imobilizar o preso qualquer que fosse a sua situação) – as algemas são mais uma forma de impedir reações violentas ou indevidas dos presos, quer quanto a fuga, quer quanto a reações que ponham em risco a vida dos próprios presos, dos policiais ou de terceiros.

O que não se admite, no Estado Democrático, é que elas passem a ser símbolo do poder arbitrário de um sobre outro ser humano, que elas sejam forma de humilhação pública, que elas se tornem instrumento de

submissão juridicamente indevida de alguém sobre o seu semelhante. Nem ao menos, então, seria uma pena, mas uma forma de punição sem lei que a fundamente e, o que é mais e pior, sem causa específica e sem reparação moral possível para os danos que a imagem do preso teria arcado.

Prosseguindo, em seu voto a Ministra ressalta que atualmente a sociedade prefere a realização de prisões espetaculosas, com a apresentação dos criminosos à sociedade por intermédio da mídia, visando o enaltecimento da atividade policial à apuração e a punição dos crimes segundo a legislação aplicável a cada caso concreto.

A despeito, colacionado trecho do alusivo julgado:

Vivemos, nos tempos atuais, o Estado espetáculo. Porque muito velozes e passíveis, as imagens têm de ser fortes. A prisão tornou-se, nesta sociedade doente, de mídias e formas sem conteúdo, um ato deste grande teatro que se põe como se fosse bastante a apresentação dos criminosos e não a apuração e a punição dos crimes na forma da lei. Mata-se e esquece-se. Extinguiu-se a pena de morte física. Mas instituiu-se a pena de morte social.

De fato, quando é feita a exposição do acusado perante a sociedade, através da mídia, percebe-se, diariamente, que não existe uma preocupação se realmente a pessoa presa que está sendo indiciada é inocente.

Prosseguindo, a Relatora Eliana Calmon pontua que:

Ao tratar dos delitos e das penas, Beccaria enfatizava, no final do séc. XVIII, que “A infâmia é um sinal da improbação pública, que priva o culpado da consideração, da confiança que a sociedade tinha nele e dessa espécie de fraternidade que une os cidadãos de um mesmo país. Como os efeitos da infâmia não dependem absolutamente das leis, é mister que a vergonha que a lei inflige se baseie na moral, ou na opinião pública. Se tentasse manchar de infâmia uma ação que a opinião não julgue infame, ou a lei deixaria de ser respeitada, ou as idéias aceitas de probidade e de moral desapareceriam, mau grado todas as declamações dos moralistas, sempre impotentes contra a força do exemplo”.

As algemas, em prisões que provocam grande estardalhaço e comoção pública, cumprem, hoje, exatamente o papel da infâmia social. E esta é uma pena que se impõe antes mesmo de se finalizar a apuração e o processo penal devido para que se fixe a punição necessária para que a sociedade imponha o direito a que deve se submeter o criminoso.

Nessa toada, vislumbra-se que a Ministra traça uma relação entre a infâmia tratada por Beccaria e o uso de algemas em prisões que provocam grande

estardalhaço e comoção pública, fazendo com que a sociedade passe a olhar aquele indivíduo com outros olhos, passando a ser repudiado pelos seus iguais.

Reforçando a proibição de abusos e arbitrariedades no Estado Democrático, a Ministra pontua:

Se a prisão é uma situação pública – e é certo que a sociedade tem o direito de saber quem a ela se submete – é de se acolher como válida juridicamente que se o preso se oferece às providências policiais sem qualquer reação que coloque em risco a sua segurança, a de terceiros e a ordem pública não há necessidade de uso superior ou desnecessário de força ou constrangimento. Nesse caso, as providências para coagir não são uso, mas abuso de medidas e instrumentos. E abuso, qualquer que seja ele e contra quem quer que seja, é indevido no Estado Democrático.

Importante observar que, no Estado Democrático, em nenhum momento qualquer pessoa pode ser constrangida, bem como não deve sofrer abuso de autoridade, principalmente em casos em que a pessoa que é presa não oferece risco a segurança de terceiros.

Ressalta a Ministra do Supremo Tribunal Federal, que os direitos fundamentais são garantidos a todos os seres humanos, não havendo, para o direito, pessoas de categorias variadas:

A Constituição da República, em seu art. 5º, inc. III, em sua parte final, assegura que ninguém será submetido a tratamento degradante, e, no inciso X daquele mesmo dispositivo, protege o direito à intimidade, à imagem e à honra das pessoas. De todas as pessoas, seja realçado. Não há, para o direito, pessoas de categorias variadas. O ser humano é um e a ele deve ser garantido o conjunto dos direitos fundamentais. As penas deverão de ser impostas e cumpridas, igualmente por todos os que se encontrem em igual condição, na forma da lei.

Extrai-se dessa afirmação, que os direitos fundamentais devem ser assegurados também aos presos e acusados em geral, não podendo haver qualquer distinção, até porque, caso se admitisse essa diferenciação de tratamento, isto resultaria em clara ofensa ao Princípio da Isonomia (artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal).⁴⁷

⁴⁷ A isonomia deve ser efetiva com a igualdade da lei (a lei não poderá fazer nenhuma discriminação) e o da igualdade perante a lei (não deve haver discriminação na aplicação da lei). Tem como fundamento que todos nascem e vivem com os mesmos direitos e obrigações perante o Estado. Pode-se dizer que a isonomia consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. A Constituição Federal para garantir direitos fundamentais prevê algumas formas de tratamento diferenciado, mas essas garantias não ferem o princípio da isonomia.

Para fundamentar o seu voto, a Ministra invoca, também, normas de direito internacional, que são perfeitamente aplicáveis ao tema:

De se invocar também, em apoio às regras jurídicas que tratam de prisioneiros, aquelas adotadas pela ONU, na parte que versa sobre instrumentos de coação. Em seu n. 33, estabelece aquela Organização que o emprego de algemas jamais poderá se dar como medida de punição. Conquanto recomendação, portanto não tendo natureza de norma cogente, serve ela de fonte da interpretação a ser adotada na espécie pelos sistemas jurídicos dos Estados signatários.

Também se faz mister ressaltar ser o Brasil parte de tratados internacionais, como o Pacto de São José da Costa Rica, que prevê que ninguém será submetido a torturas, penas ou tratamento cruel, desumano ou degradante. “Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com respeito devido à dignidade inerente ao ser humano” (Artigo 5, 2).

Além da Constituição Federal, tem-se tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, que garantem que a dignidade humana deve ser respeitada, assegurando que é proibido submeter qualquer pessoa a humilhação, à tratamento cruel ou qualquer forma de tortura.

Portanto, conforme as normas internacionais, verifica-se que a errônea utilização de algemas viola os direitos fundamentais, principalmente a dignidade da pessoa humana.

A Ministra conclui que:

(...) o uso legítimo de algemas não é arbitrário, sendo de natureza excepcional e a ser adotado nos casos e com as finalidades seguintes: a) para impedir, prevenir ou dificultar fuga ou reação indevida do preso, desde que haja fundada suspeita ou justificado receio de que tanto venha a ocorrer; b) para evitar agressão do preso contra os próprios policiais, contra terceiros ou contra si mesmo.

Para que se empregue as algemas é necessário uma justificativa, em nenhuma hipótese elas podem ser aplicadas de forma indiscriminada. A utilização das algemas deve servir para evitar fuga ou resistência do preso, bem como para garantir a integridade dos agentes policiais.

Todavia, a Ministra Carmem Lúcia alerta que:

Deve ser enfatizado que o emprego daquela medida tem como balizamento jurídico necessário o princípio da proporcionalidade e o da razoabilidade. Sendo sem razão (como afirma o Impetrante no presente caso, afirmando que aquela medida não seria “necessária”) e sem

guardar proporção legítima em relação ao comportamento adotado pelo Paciente, não se há ter por juridicamente sustentada a providência policial ou judicial.

Deve-se considerar no uso de algemas a proporcionalidade e razoabilidade, para que seja combatido o excesso da utilização desse instrumento, visando garantir que não haja prejuízo à imagem e à integridade do preso, ou à segurança de terceiros.

Fazendo severas críticas às prisões espetaculosas, em que se difama ou degrada o preso, a Ministra aduz que:

A prisão há de ser pública, mas não há de se constituir em espetáculo. Menos ainda, espetáculo difamante ou degradante para o preso, seja ele quem for. Menos, ainda, se haverá de admitir que a mostra de algemas, como símbolo público e emocional de humilhação de alguém, possa ser transformado em circo de horrores numa sociedade que quer sangue, porque cansada de se ver sangrar. Não é com mais violência que se cura violência. Não é com mais degradação que se chegará à honorabilidade social.(...)

Aliás, espetáculos não atendem os fins da pena; não garantem a eficácia da punição devida aos que devem ser apenados; não asseguram o respeito aos órgãos e às instituições incumbidos de garantir a eficácia do sistema punitivo do Estado. O que valoriza, social e juridicamente, a ação policial e judicial é a eficácia que se impõe às providências tomadas e a garantia de que as penas fixadas sejam cumpridas por quem quer que seja. É contra a impunidade que se volta a sociedade, não é a favor de punições sem base legal. A ação necessária e eficiente das polícias não está presa ao uso de algemas a escandalizar e proclamar feitos para uma sociedade que não vê o direito ser cumprido com o rigor e a presteza que seriam de se exigir.

Diariamente, de forma exagerada os jornais retratam inúmeras prisões que são realizadas, especialmente pela polícia federal, que denigrem e difamam a imagem da pessoa presa. Percebe-se que o sensacionalismo praticado não traz benefício nenhum para sociedade, apenas atinge e constrange o réu e sua família, não contribui para que efetivação da pena.

Por fim, diante de tais considerações, concedeu-se o *habeas corpus*, por unanimidade, determinando às autoridades tidas como coatoras que se abstivessem de fazer uso de algemas no Paciente, salvo em caso de reação violenta que ele viesse a adotar e que colocasse em risco a sua segurança ou a de terceiros.

O Ministro Carlos Britto, acompanhando o voto da Relatora, afirmou que:

No caso das algemas, vou me vincular aos fundamentos do voto de Sua Excelência, por também entender que elas, as algemas, quando usadas desnecessariamente, vale dizer, não havendo reação à prisão, tentativa de fuga ou ameaça às testemunhas, esse uso de algemas, na verdade, se torna expressão de descomedimento por parte das autoridades e, portanto, incide na proibição de abuso de poder. (...)

Em última análise, eu adiro, acedo ao ponto de vista da eminente Relatora, acrescentando que não se pode espetacularizar o ofício público, sobretudo nessa quadra histórica que bem poderíamos chamar de “idade média”, parafraseando a “idade média” dos tempos que nós conhecemos. Então, esta fase de “idade média” propicia a espetacularização do ofício público. O voto de Vossa Excelência, Ministra Cármen Lúcia, seria um ponto de inflexão, seria um basta a essa tentativa de marketing pessoal do agente público.

Destaca-se que deve haver necessidade para que as algemas sejam empregadas, caso contrário, pode ocorrer abuso de poder. A espetacularização da mídia propicia o que é chamado de marketing pessoal do agente público que precisa ser coibido.

Esclarece o Ministro Carlos Britto, que:

(...) o direito do paciente não reside no seu status de membro do Tribunal de Contas de Rondônia, mas enquanto indivíduo, ser humano, porque o tratamento humilhante, desonroso, infamante, desfalca o ser humano não daquilo que ele tem, mas daquilo que ele é; e muitas vezes esse agravo no plano moral é muito mais intenso do que a própria dor física, ou do que a privação mesma de um bem material.

Então, todo ser humano tem o direito de não ser tratado de modo infamante, de modo degradante, de modo humilhante e, nesse caso, sigo o voto da eminente Relatora, fazendo apenas essa distinção: não é tão só pelo fato de se tratar de um agente público de primeiro escalão, membro do Tribunal de Contas, ocupante de um cargo de existência necessária, mas por ser um indivíduo, um ser humano, é que ele merece essa proteção constitucional.

Na citação supramencionada, o Ministro deixa claro que, todos devem ser tratados com igualdade, e ainda, afirma o quanto é importante a proteção dada pela Constituição Federal ao ser humano, destacando que o indivíduo, seja qual for, precisa ser respeitado, não devendo ser submetido a um tratamento que lhe exponha ao constrangimento. Ressalta, ainda, que o tratamento desumano pode ferir a moral de uma tão forma intensa, a dor física torna-se bem menor.

O Ministro Ricardo Lewandowski lembrou uma importante passagem de sua vida que tem extrema ligação com a matéria:

Eu estive certa feita em Paris, acompanhando um amigo magistrado, um juiz de instrução, e ele me convidou para acompanhar algumas sessões. Fomos à Sede da Prefeitura onde ele julgava; imediatamente foi saudado com continências pelos policiais que lá estavam de guarda.

A primeira audiência dizia respeito a um cidadão que havia sido preso por policiais, acusado de embriaguez na direção e de agredir os policiais. Ele veio algemado, cabisbaixo, evidentemente havia sido maltratado pelos condutores, mas a primeira coisa que esse magistrado disse foi: sente-se, tirem as algemas, o senhor está diante de um magistrado da República. O senhor é um cidadão da República francesa e tem o direito de ser tratado com dignidade. Isso me impressionou profundamente; foi um juiz extremamente severo, mas tratou, o indiciado, no caso, com dignidade, e a primeira providência foi tirar-lhe as algemas.

Nota-se que, assim, como no Brasil em outros lugares do mundo, dá-se uma valoração enorme a dignidade humana, independente do indivíduo ter sido preso, independente do crime que cometeu, ele não deixa de ser um cidadão e, tão pouco, perde sua dignidade.

O Ministro Sepúlveda Pertence, em seu voto, ressaltou:

Recordo, além dos preceitos invocados pela eminente Relatora, o inciso XLIX do art. 5º: “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;”

Creio que não só o uso da algema, como qualquer utilização da pessoa do preso para o espetáculo – como se tratasse de exibir um troféu – é degradante e ofende princípios básicos da Constituição.

Assim, observa-se que o Supremo Tribunal Federal já não vinha tolerando a utilização imoderada de algemas, repudiando a espetacularização e exibição do preso com a finalidade de condená-lo antecipadamente, tendo em vista a interpretação da legislação processual penal face aos preceitos contidos nas normas jurídicas constitucionais e internacionais vigentes.

3.1 Considerações sobre Súmula Vinculante

Para aprofundar o estudo acerca do uso de algemas no ordenamento jurídico pátrio, é imprescindível analisar a súmula vinculante nº. 11, que atualmente é o principal instrumento de interpretação e de regulamentação do tema no Brasil.

Desse modo, antes de iniciar a discorrer sobre a referida súmula, passa-se ao ligeiro exame da instituição das súmulas vinculantes no Brasil.

A introdução das súmulas vinculantes no ordenamento jurídico brasileiro deu-se por meio da Emenda Constitucional 45/2004, a qual inseriu o artigo 103-A na Constituição Federal, que prevê a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, tem efeito

vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e da administração pública direta e indireta, bem como proceder a sua revisão ou cancelamento, na forma que viesse a ser estabelecido em lei.

O artigo 103-A da Constituição Federal dispõe:

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

Assim, passou-se a admitir que determinados enunciados elaborados pelo STF, durante o processo de interpretação da Constituição, devessem ser obedecidos por todos os juízes e órgãos da administração pública, em todo o território nacional.

A súmula vinculante deve ter por objetivo se sobrepor a controvérsia sobre a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas capaz de gerar insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos. De acordo com o que preceitua o § 1º do artigo 103-A da Constituição da República:

§ 1º. A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsias atuais entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

Há quem veja na súmula vinculante grande contribuição para a justiça, pois se acredita que este instituto aumenta a celeridade processual e confere maior segurança jurídica aos litigantes. De acordo com Pedro Lenza:

A súmula vinculante, como se verá, em nosso entender, sem dúvida contribui para, ao lado de tantas outras técnicas, buscar realizar o comando fixado no art. 5º, LXXVIII, também introduzido pela Reforma do Poder Judiciário e, na mesma medida, estabelecer a segurança jurídica, prestigiando o princípio da isonomia, já que a lei deve ter aplicação e interpretação uniforme.⁴⁸

Observa-se que por meio da súmula vinculante é possível alcançar a isonomia, uma vez que passa é que Quanto às normas a serem interpretadas por

⁴⁸ LENZA, Pedro. **Direito Constitucional**. 16ª edição, revista, atualizada e ampliada – São Paulo: Saraiva, 2012, p. 642 .

meio de súmula vinculante, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, assevera que:

Tendo em vista a competência ampla do Supremo Tribunal Federal, essas normas tanto poderão ser federais como estaduais ou municipais. É possível, porém, que a questão envolva tão somente interpretação da Constituição e não de seu eventual contraste com outras normas infraconstitucionais. Nesses casos, em geral submetidos ao Tribunal sob alegação de contrariedade direta à Constituição (art. 103, III, a), discute-se a interpretação da Constituição adotada pelos órgãos jurisdicionais.

A regulamentação da súmula vinculante ficou a cargo da Lei 11.417/2006, cuja interpretação conjunta com o artigo 103-A da Constituição Federal, extrai-se diversos requisitos e procedimentos para sua edição, os quais Alexandre de Moraes expõe com excelência como por exemplo, o órgão competente, o objeto, legitimidade.⁴⁹

⁴⁹ *Órgão competente*: somente Supremo Tribunal Federal poderá editar súmulas vinculantes;

Objeto: a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas;

Legitimidade: as súmulas vinculantes poderão ser editadas de ofício ou por provocação de qualquer dos co-legitimados para o ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade que possuem legitimidade constitucional⁴⁹ [...]. A Lei nº. 11.417/06 ampliou a co-legitimidade para a propositura de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante, estendendo essa faculdade ao Defensor Público da União, aos Tribunais Superiores, aos Tribunais de Justiça de Estados ou do Distrito Federal e Territórios, aos Tribunais Regionais Federais, aos Tribunais Regionais do Trabalho, aos Tribunais Regionais Eleitorais e aos Tribunais Militares (legitimidade legal) [...].

Controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica: esse requisito deixa clara uma das finalidades dessa nova previsão constitucional, qual seja, a garantia da segurança jurídica, ao exigir a necessária discussão sobre os múltiplos argumentos jurídicos, antes de o Supremo Tribunal Federal editar uma súmula [...].

Relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica: aqui, a EC nº. 45/04, com a exigência desse requisito, expôs a segunda importante finalidade das súmulas vinculantes, a preservação do princípio da igualdade, ou seja, a necessidade de uma mesma interpretação jurídica para uma questão idêntica que se repete em diversos processos, além de procurar efetivar o princípio da celeridade processual, consagrado no art. 5º, LXXVIII, e impedir a eternização de conflitos cujo posicionamento jurídico o STF já definiu;

Atuação do Procurador-Geral da República, que deverá manifestar-se previamente à edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante, nas propostas que não houver formulado;

Amicus Curiae: nos termos do § 2º do art. 3º da Lei nº. 11.417/06, o relator poderá admitir, por decisão irrecorrível, a manifestação de terceiros na questão, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Quorum qualificado de votação: a edição, revisão ou cancelamento de enunciados de súmulas vinculantes exige a maioria de 2/3 dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária;

Efeitos vinculantes com eficácia imediata [...];

Possibilidade de manipulação dos efeitos gerados pelas súmulas vinculantes: o art. 4º da Lei nº. 11.417/06 admitiu a modulação ou limitação temporal de efeitos na edição das súmulas vinculantes, estabelecendo que, por decisão de 2/3 de seus membros, o Supremo Tribunal Federal poderá

Importante salientar, por fim, que a edição de súmula vinculante é ato exclusivo do Supremo Tribunal Federal, não podendo, portanto, nenhum outro tribunal (Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal ou Tribunal Superior) editar referidas súmulas.

3.1.2 Súmula Vinculante nº11 do Supremo Tribunal Federal

Feitos os necessários e indispensáveis esclarecimentos sobre o instituto da Súmula Vinculante, cumpre analisar especificamente a Súmula Vinculante nº. 11.

Pela falta de regulamentação específica sobre o uso de algemas, o Supremo Tribunal Federal, interpretando as normas existentes no ordenamento jurídico processual penal face aos direitos e garantias fundamentais contidos na Constituição Federal e nos Tratados Internacionais vigentes no país, com o objetivo de conter abusos na utilização deste instrumento em pessoas presas, em sua composição plenária, por unanimidade, em sessão realizada no dia 13/08/2008, editou a Súmula Vinculante nº. 11 (DJe nº 214/2008), com o seguinte texto:

Só é lícito o uso de algemas em caso de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

Explica Herbella que desse modo, “o uso de algemas para o preso deixou de ser regra e passou a ser exceção, restringindo-se às hipóteses nas quais a autoridade, mediante fundamentação escrita, considerar que tenha havido resistência, haja fundado receio de fuga ou perigo à integridade física própria ou alheia”.⁵⁰

restringir os efeitos vinculantes ou decidir que só tenha eficácia a partir de outro momento, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse público [...];

Publicação do enunciado da súmula vinculante: no prazo de 10 dias a sessão em que editar, rever ou cancelar enunciado de súmula com efeito vinculante, o STF publicará, em seção especial do Diário da Justiça e do Diário Oficial da União, o enunciado respectivo. (MORAES, Alexandre de. Curso de Direito Constitucional, 24ª edição - São Paulo: Atlas, 2009, p. 390/392).

⁵⁰ HERBELLA, **Fernanda**. **Algemas e a Dignidade da Pessoa Humana** - São Paulo: Lex Editora, 2010, p.93.

Portanto, para se fazer o uso lícito de algemas, infere-se do enunciado da súmula os seguintes requisitos:

- caso excepcional;
- resistência;
- fundado receio de fuga;
- perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros;
- justificativa da necessidade por escrito.⁵¹

É oportuno destacar, ainda, que o último requisito (justificativa da necessidade por escrito) deve ser observado em todos os casos que se fizer uso de algemas.

Entretanto, caso sejam desrespeitadas as hipóteses previstas na Súmula para o uso de algemas, há previsão expressa para a responsabilização do agente ou da autoridade nas esferas disciplinar, civil e penal, bem como da responsabilidade civil do Estado. Previu-se ainda, que deve haver o reconhecimento de nulidade da prisão ou do ato processual que for praticado em desacordo com a redação da súmula.

A edição da Súmula Vinculante nº. 11 não surgiu por acaso, mas sim por ocasião do julgamento do HC nº. 91.952-SP (Plenário – Rel. Min. Marco Aurélio – j. 07.08.08 – votação unânime), que anulou um julgamento efetuado pelo Júri popular da cidade de Laranjal Paulista em 2005, porque o réu, um pedreiro acusado de homicídio, ficou algemado durante a sessão de julgamento. O principal fundamento para a decisão foi a potencial influência da visão do réu algemado sobre os jurados, que, leigos que são, poderia fazer um pré-julgamento e entender que o réu era culpado. Afirmou-se ainda, na ocasião, não existirem dados concretos que pudessem indicar que, pelo perfil do acusado, houvesse risco aos presentes, caso ele permanecesse em plenário sem algemas, razão pela qual se considerou aviltada sua dignidade humana.⁵²

De acordo com Fernando Capez:

A CF, em seu art. 5º, III (segunda parte), assegura que ninguém será submetido a tratamento degradante, e, em seu inciso X, protege o direito

⁵¹ YOSHIKAWA, Daniela Parra Pedroso. **Sumula nº 11 regula uso de algemas**, 2008. Disponível em: http://www.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20080814172534858&mode=print . Acesso em: 29 mar. 2012.

⁵² FUDOLI, Rodrigo de Abreu. **Uso de Algemas: a súmula nº 11, do STF**, 2008, p. 01. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/11625/uso-de-algemas-a-sumula-vinculante-no-11-do-stf> . Acesso em 29 mar. 2012.

à intimidade, à imagem e à honra. A Carta Magna também consagra, como princípio fundamental reitor, o respeito à dignidade humana (CF, art. 1º, III). As regras mínimas da ONU para tratamento de prisioneiros, na parte que versa sobre instrumentos de coação, mais precisamente em seu n.º 33, estabelece que o emprego de algema jamais poderá se dar como medida de punição. Trata-se de uma recomendação de caráter não cogente, mas que serve como base de interpretação.⁵³

Pautada no confronto desses princípios com as normas estabelecidas na legislação processual penal que a Suprema Corte balizou o texto da súmula vinculante n.º 11.

Ocorre que, apesar de ter forte sustentação jurídica, com amparo nos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, a edição da súmula em análise vem enfrentando duras críticas.

Criticando a decisão de editar a referida súmula, crendo que a atividade policial possa ser inibida, por ter inviabilizado o trabalho da polícia, José Ricardo Chagas diz que:

Inegavelmente, essa decisão fora precipitada, mesmo porque antes que houvesse o devido debate entre a sociedade, as instituições policiais e o Ministério Público; nada mais democrático. Não será absurdo que, com a publicação da sumula vinculante n.º 11, todas as polícias recuem de forma patente quanto ao cumprimento de seu papel constitucional, uma vez que inviabiliza o trabalho policial, retirando dos agentes do Estado a plena utilização de importante instrumento de trabalho, muitas vezes responsável por impedir tragédias e fugas de perigosos marginais.⁵⁴

Salientando que ao editar a súmula os Ministros se preocuparam somente com a proteção do preso sem se preocupar com a equipe policial, aduz José Ricardo Chagas:

A súmula n.º 11, *data vênia*, apenas se preocupou com a salvaguarda do preso. Porém, aliada à proteção da vida do preso, detido ou conduzido, e das potenciais vítimas, tem-se que proteger, primeiramente, a equipe policial, o profissional de segurança.⁵⁵

Há quem acredita que a edição da súmula vinculante n.º 11 é resultado das ações da polícia federal nos últimos tempos, nas quais foram presas pessoas das

⁵³ CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**- 17 edição, São Paulo: Saraiva, 2010, p. 302.

⁵⁴ CHAGAS. José Ricardo, **O uso das algemas segundo o STF**. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5217/O-uso-das-algemas-segundo-o-STF>. Acesso em 29 mar. 2012.

⁵⁵ CHAGAS. José Ricardo, **O uso das algemas segundo o STF**. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5217/O-uso-das-algemas-segundo-o-STF>. Acesso em 29 mar. 2012.

classes mais ricas do país, o que acabou sendo noticiado pela mídia de maneira absolutamente sensacionalista. Afirmam ainda, que a súmula tem destinatários certos: “pessoas ricas e poderosas, que nos últimos tempos têm tido a surpresa de conhecer a letra fria da lei”.⁵⁶

Nesse mesmo sentido, descrevendo os motivos que deram ensejo a criação da súmula em comento, George Marmelstein Lima entende que:

De início, é preciso reconhecer que foi uma súmula “sob encomenda”, cuja motivação foi, sobretudo, a Operação Satiagraha, onde banqueiros e políticos foram presos e exibidos como troféus em rede nacional pela Polícia.⁵⁷

Ademais, o Procurador-Geral da República, Antonio Fernando Souza manifestou a sua preocupação com o efeito prático da súmula sobre a autoridade policial, no ato da prisão, ou seja, que a súmula possa vir a servir como elemento desestabilizador do trabalho da polícia. O procurador-geral lembrou que, muitas vezes, um agente policial tem de prender, sozinho, um criminoso, correndo risco. Lembrou, também, que é interesse do Estado conter a criminalidade e disse que, para isso, é necessário utilizar a força, quando necessário.⁵⁸

Contudo, o posicionamento adotado pelo Supremo acerca do uso de algemas recebeu elogios de juristas renomados. Luiz Flávio Gomes, aplaudindo a edição da Súmula Vinculante nº. 11 e a decisão daquela Corte proferida no *Habeas Corpus* 91.952-SP, diz que:

As decisões do STF (no HC 91.952-SP e a de editar a Súmula Vinculante 11) foram sensatas, corretas e juridicamente incensuráveis. Os juízes e policiais radicais, amantes do Direito penal do inimigo, não podem cometer abusos. Não se pode admitir a chamada Justiça penal da humilhação, que conduz a uma “anarquia institucionalizada”.⁵⁹

⁵⁶ CABRAL, Bruno Fontenelle. **Breve comentário sobre as atuais súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal**, 2011, p. 01. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/18871/breves-comentarios-sobre-as-atuais-sumulas-vinculantes-do-supremo-tribunal-federal>. Acesso em 02 abr. 2012.

⁵⁷ MARMELESTEIN, George. **A súmula vinculante 11: antes de ser já era.**, 2008. Disponível em: <http://direitosfundamentais.net/author/georgemlima/page/30/> Acesso em 29 mar. 2012.

⁵⁸ YOSHIKAWA, Daniela Parra Pedroso. **Confederação de policiais questiona restrição ao uso de algemas**, 2008. Disponível em: <http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/122736/confederacao-de-policiais-ajuiza-peticao-no-stf-para-o-cancelamento-da-sumula-vinculante-n-11> Acesso em 29 mar. 2012.

⁵⁹ GOMES, Luiz Flávio. **Algemas: uso restrito, súmula 11 e Direito Penal do Inimigo**, 2008. Disponível em: <http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/96491/algemas-uso-restrito-sumula-11-e-direito-penal-do-inimigo-luiz-flavio-gomes> Acesso em 29 mar. 2012.

Diante das inúmeras prisões que foram realizadas, nas quais utilizaram-se algemas foi correta a decisão do Supremo Tribunal Federal de editar uma súmula vinculante, que discipline acerca do uso de algema, mesmo parecendo que é feita uma discriminação quando se aplica o princípio da proporcionalidade ao caso concreto.

Nesse mesmo sentido, Cezar Britto, que na época era presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, se manifestou:

A decisão do Supremo Tribunal Federal de aprovar uma súmula vinculante disciplinando em definitivo o uso de algema durante as operações policiais, o que a partir de agora somente ocorrerá em casos excepcionais, põe um ponto final na sua utilização apenas com intuito de constranger, condenar moralmente ou espetacularizar o ato de prisão.⁶⁰

Percebe-se que a edição da Súmula Vinculante coíbe o exibicionismo da imagem do preso que é algemado. Obriga que os agentes utilizem as algemas quando for necessário, de forma moderada.

E ainda, Fernanda Herbella, reconhecendo que a súmula veio em um momento certo, pois a utilização de algemas durante as prisões ficava totalmente a discricionariedade dos agentes públicos, afirma que:

Sem dúvida, essa súmula causou grande alvoroço no meio jurídico. O que, até então, ficava só ao critério da discricionariedade dos agentes públicos, passou a ter um balizamento. De fato, algo deveria ser feito.⁶¹

Por fim, apesar das controvérsias que giram em torno do tema, observa-se que o Supremo Tribunal Federal deu apenas o primeiro passo para que sejam efetivados diversos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, cabendo agora à administração pública preparar seus policiais para o devido cumprimento da súmula vinculante nº. 11, visto que ainda existem policiais despreparados a ponto de desconhecerem as circunstâncias que permitem a utilização de algemas.

⁶⁰ HUMBERTO, Claudio. **OAB saúda decisão do STF sobre algemas**. Disponível em: <http://www.leieordem.com.br/oab-sauda-decisao-da-stf-sobre-algemas.html> Acesso em 29 mar. 2012.

⁶¹ HERBELLA, Fernanda. **Algemas e a Dignidade da Pessoa Humana** - São Paulo: Lex Editora, 2010, p.94.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a história da utilização de algemas, constata-se que este instrumento era utilizado com duas finalidades: 1) como meio de contenção dos presos, em caso de uma possível fuga ou para proteger a integridade física de seus condutores ou de terceiros; e 2) como pena, pois há relatos de presos serem penalizados a ficarem algemados.

Ficou evidenciada a presença do emprego de algemas na vida do ser humano desde tempos remotos até os dias atuais. Entretanto, não se tem pesquisado acerca desse assunto, prova disso é a escassez de obras tratando sobre o mesmo.

Por meio da pesquisa, observa-se que ao longo da história o uso de algemas sempre esteve regulamentado, e a excepcionalidade sempre foi a característica mais marcante da utilização destes instrumentos, essa limitação se dá porque seu emprego está intimamente ligado aos direitos fundamentais do ser humano, os quais são incompatíveis com o uso indiscriminado ou ilimitado de algemas.

Ressalta-se, ainda, que há dificuldade de preservar os direitos constitucionais, ao mesmo tempo em que se deve proteger o direito dos demais membros da sociedade.

Vê-se que na prática não tem como imaginar qual a reação e o grau de periculosidade de uma pessoa que é ou se torna presa. Apesar das autoridades policiais trabalharem com indícios de autoria a pessoa que é conduzida com o uso de algemas pode não ser culpada e injustamente ter sua imagem exposta e denegrada diante da sociedade.

Outrossim, a utilização de algemas requer muita cautela, uma vez que a Constituição Federal garante direitos individuais que são invioláveis que não devem ser feridos pela utilização desse instrumento, bem como assegura o direito da coletividade, que está ligado a questão segurança pública.

Verifica-se que a doutrina é uníssona ao ressaltar a importância da utilização de algemas, mas segundo os preceitos esculpidos no ordenamento jurídico pátrio devem ser usadas sempre com a observância do princípio da proporcionalidade, pois, caso contrário, poderá ocorrer o crime de abuso de

autoridade (ou até mesmo o crime de tortura, conforme o caso) por parte da autoridade que fizer mal uso deste instrumento.

Caso as algemas não sejam utilizadas de forma proporcional, observando a necessidade poderá ocorrer violação do princípio da presunção de inocência, bem como do princípio da dignidade humana, e isso poderá fazer com o agente público responda por crime de abuso ou até por crime de tortura. Pode ainda, caso ocorra tal violação acontecer anulação de ato processual, conforme demonstrado em decisão do Supremo Tribunal Federal.

Percebe-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal já não vinha tolerando a utilização imoderada de algemas há alguns anos, repudiando a espetacularização e exibição do preso com a finalidade de condená-lo antecipadamente, diante da interpretação da legislação processual penal face aos preceitos contidos nas normas jurídicas constitucionais e internacionais vigentes. Entendimento esse que culminou na edição da súmula vinculante nº. 11, no intuito de acabar com as dúvidas existentes e obrigar os agentes públicos a balizar o uso de algemas conforme determinado pela Suprema Corte, sob pena de responsabilização disciplinar, civil e penal.

Por fim, apesar das controvérsias que giram em torno do tema, conclui-se que o Supremo Tribunal Federal deu apenas o primeiro passo para que sejam efetivados diversos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, cabendo agora à administração pública preparar seus policiais para o devido cumprimento da súmula vinculante nº. 11, visto que ainda existem policiais despreparados a ponto de desconhecerem as circunstâncias que permitem a utilização de algemas.

Como instrumento de trabalho, havendo necessidade, os agentes públicos podem valer-se do uso de algemas no exercício adequado de sua atividade. O que não se admite é o excesso, devendo prevalecer o bom senso, o equilíbrio e a moderação na utilização de tão importante instrumento, que visa garantir a integridade física do preso, de seu condutor (agente policiais ou penitenciários) e dos demais membros da sociedade.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 23ª. edição atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2008.

BUZANELLO, Jose Carlos e GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos: uma abordagem interdisciplinar II**. Rio de Janeiro: Freitas Barros, 2006.

CABRAL, Bruno Fontenelle. **Breve comentário sobre as atuais súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal**, 2011, p. 01. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/18871/breves-comentarios-sobre-as-atuais-sumulas-vinculantes-do-supremo-tribunal-federal>. Acesso em 02 abr. 2012.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 17ª edição- São Paulo: Saraiva, 2010.

CHAGAS, José Ricardo Chagas. **O uso de algemas segundo o Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5217/O-uso-das-algemas-segundo-o-STF>. Acesso em: 22 fev.2012.

COSTA, André Marques de Oliveira. **Algema seu uso histórico, sua ilegalidade sendo modificada no Brasil**. Publicado em 16-08-2008. Disponível em: <http://ww.artigos.com/artigos/sociais/direito/algema-seu-uso-historico-sua-ilegalidade-sendo-modificada-no-brasil-4292/artigo/> Acesso em: 27 jan.2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio de Língua**. 2.ª edição, revista e aumentada – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FUDOLI, Rodrigo de Abreu. **Uso de Algemas: a súmula nº 11, do STF**, 2008, p. 01. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/11625/uso-de-algemas-a-sumula-vinculante-no-11-do-stf> . Acesso em 29 mar. 2012.

GOMES, Luiz Flávio. **Algemas: uso restrito, súmula 11 e Direito Penal do Inimigo** . Disponível em <http://www.lfg.com.br> 19 agosto. 2008. Acesso em: 22 mar. 2012.

GOMES, Luiz Flávio. **O uso de algemas no nosso país está devidamente disciplinado?**. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 56, 1 abr. 2002 . Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/2921>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

GOMES, Luiz Flávio. **Fontes do Direito Penal: uma necessária revisão**. Revista Pratica Jurídica, Brasília-DF: Editora Consulex, 2007.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário Técnico Jurídico, prefaciado pelo Ministro Antonio Cezar Peluso** - 8ª edição; São Paulo: Ridiel, 2008.

HERBELLA, Fernanda. **Algemas e a Dignidade da Pessoa Humana**.- São Paulo: Lex Editora, 2010.

HUMBERTO, Claudio. **OAB saúda decisão do STF sobre algemas**. Disponível em: <http://www.leieordem.com.br/oab-sauda-decisao-da-stf-sobre-algemas.html> Acesso em 29 mar. 2012.

JÚNIOR, Fernando Paciello. **O uso de Algemas**. Disponível em: <http://www.direitoemdebate.com/index.php/direito-processual-penal/488-consideracoes-sobre-o-uso-de-algemas>. Acesso em: 12 mar. 2012.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Disponível em: <http://www.consciencia.org/kantfundamentacao.shtml> Acesso em: em 29 mar. 2012.

MARMELSTEIN, George. **A Súmula Vinculante 11: antes de ser já era**. 2008. Disponível em: <http://direitosfundamentais.net/author/georgemlima/page/30/> Acesso em 29 mar. 2012.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução Penal Comentada**. 18ª ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2008.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional** . 24ª edição - São Paulo: Atlas, 2009.

NOVELINO, Marcelo. **Da Dignidade da Pessoa Humana: Conteúdo Jurídico**. Revista Prática Jurídica, Brasília-DF: Editora Consulex, 2008.

OLIVEIRA JÚNIOR, Reinaldo Cosme Vilar de. **Breves considerações sobre o uso das algemas no Direito Brasileiro**. Brasília-DF: 09 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.clubjus.com.br/?artigos&ver=2.29671>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional**. 7.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA JÚNIOR, Reinaldo Cosme Vilar de. **Breves considerações sobre o uso das algemas no Direito Brasileiro**. Brasília-DF: 09 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.clubjus.com.br/?artigos&ver=2.29671>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

PITOMBO, Sergio. **Emprego de Algemas**. Disponível em: www.sergio.pitombo.nom.br/files/word/algemas_1.doc. Acessado em 20.01.2012

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 12ª ed. rev. e atual.- São Paulo: Saraiva, 2010,

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 27ª edição rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33ª edição, revista e atualizada. São Paulo : Malheiros, 2010.

SOUZA, Mauro César. **Uso de Algemas: Regra ou Exceção?**. Disponível em: http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=6295. Acessado em 23.01.2012

YOSHIKAWA, Daniela Parra Pedroso. **Confederação de policiais questiona restrição ao uso de algemas**, 2008. Disponível em: <http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/122736/confederacao-de-policiais-ajuiza-peticao-no-stf-para-o-cancelamento-da-sumula-vinculante-n-11> Acesso em 29 mar. 2012.

YOSHIKAWA, Daniela Parra Pedroso. **Súmula nº 11 regula uso de algemas**, 2008. Disponível em: http://www.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20080814_172534_858&mode=print . Acesso em: 29 mar. 2012.